



**Subvenções da PAC em 2014 (Quadro comunitário 2007-2014) e  
a sua relação com a produção de castanha no concelho de  
Vinhais**

**Pedro Nuno Aboim Pinto**

*Dissertação apresentada à Escola Superior Agrária de Bragança para obtenção do Grau  
de Mestre em Agroecologia*

Orientado por:

**Professora Doutora Sílvia de Freitas Moreira Nobre**

**Bragança**

**2020**

*“Foca-te na solução,  
E não no problema...”*

Autor desconhecido

## **AGRADECIMENTOS**

Foram várias as pessoas que desde o início deste percurso me incentivaram e apoiaram e como tal não poderia deixar de expressar o meu reconhecimento a todas elas.

À Professora Doutora Sílvia de Freitas Moreira Nobre do Instituto Politécnico de Bragança, agradeço a disponibilidade para a orientação desta dissertação, traduzida em variadíssimas discussões, conceptuais, metodológicas e de forma, em inúmeras leituras críticas e constantes sugestões. Foi incansável no desenvolvimento da tese, desde a escolha do tema até à sua conclusão, quer no apoio científico prestado, quer pela disponibilidade no esclarecimento de qualquer dúvida e incentivo dado. Pelas leituras parciais ou integrais, com sugestões de ajuste e reformulação, ou não, bem como pela indicação de bibliografia.

No terreno, foi também fundamental a disponibilidade, interesse e apoio da minha entidade patronal, CONFAGRI, assim como dos Agricultores que acompanho, e que permitiram que este estudo fosse feito. Agradeço ainda todos aqueles que na Escola Superior Agrária, me ajudaram das mais diversas formas.

Por fim agradeço aos meus pais, pela ajuda e palavras de estímulo e condições que criaram para prosseguir a minha formação académica, à minha esposa Patrícia e ao meu filho Mateus, pela paciência, e inclusive aos meus sogros por palavras de alento para não desistir, face a todas as adversidades e falta de tempo. A Vós todos, por me ajudarem a encontrar forças, de modo a terminar esta tarefa a que me propus.

A todos, os meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a produção mundial de castanha estima-se em 1,9 milhões de toneladas. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2013), referem no Continente Português uma área da cultura do castanheiro de 35168 ha em 2012, a que correspondeu uma produção total de 24739 toneladas.

De acordo com os dados preliminares apurados a partir do Recenseamento agrícola de 2019, pelo INE, constata-se que a área de castanheiro aumentou no país cerca de 52% face ao Recenseamento Agrícola anterior

Sendo conhecida a importância desta cultura em Trás-os-Montes, sobretudo na Terra Fria Transmontana, escolhi esta produção como centro do meu trabalho. Pretendi relacionar a importância da cultura com o recurso por parte dos produtores aos incentivos para ela desenhados no âmbito da Política Agrícola Comum, nomeadamente através da medida “Conservação dos Soutos notáveis da Terra Fria”. Tentei perceber até que ponto estes apoios (bem como o conjunto de outros subsídios da PAC) são relevantes para os produtores, isto é o que representam no total do rendimento apurado.

Embora se tenha verificado um desencanto face à análise das candidaturas efetuadas à medida “Conservação dos Soutos notáveis da Terra Fria” (pelo facto de entre os inquiridos, aquando da inquirição, não se ter verificado ninguém que a ela se candidatasse), face à questão inicial, conseguimos constatar que as áreas de souto são realmente rentáveis, no que aos subsídios da PAC diz respeito. Embora os entrevistados não se tenham candidatado aos Soutos Notáveis da Terra Fria, a maior parte da sua exploração está preenchida com áreas de castanheiro que permitem a candidatura à Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e ao Regime de Pagamento Único.

Palavras-chave: Souto, PAC, Soutos Notáveis.

## **ABSTRAT**

According to data from the United Nations Food and Agriculture Organization (FAO), the world production of nuts is estimated at 1.9 million tons. According to data from the National Statistics Institute (INE, 2013), the chestnut crop area in the Portuguese mainland totaled 35168 ha in 2012, which corresponded to a total production of 24,739 tons.

Knowing the importance of this culture in Trás-os-Montes, especially in Terra Fria Transmontana, I chose this production as the center of my work. I intended to relate the importance of this culture with the resort by the producers to the incentives designed for it under the Common Agricultural Policy, namely through the measure “Conservation of Notable Chestnut from the Cold Land”, trying to understand to what extent these supports (as well as the set of other CAP subsidies) are relevant for producers and what they represent in the total calculated income.

Although there was disenchantment with the analysis of applications made to the measure “Conservation of Notable Chestnut from the Cold Land” (due to the fact that among the respondents this measure was not active when the survey was carried out), in view of the initial question, we were able to verify that, effectively, the areas of chestnut are really profitable, as far as CAP funds are concerned. Although the interviewees did not apply for the Notable Chestnut from the Cold Land, most of their exploration is filled with chestnut areas that allow the application to Maintenance of Agricultural Activity in Less Favored Areas and the Single Payment Scheme.

Keywords: Chestnut area, CAP, Notable Chestnut area.

## Índice

AGRADECIMENTOS.....	I
RESUMO .....	II
ABSTRAT .....	III
ÍNDICE DE FIGURAS .....	VI
ÍNDICE DE QUADROS.....	VII
SIGLAS E ACRÓNIMOS .....	IX
1 - Introdução.....	1
2 - Conceitos e opções metodológicas.....	3
3 - Objetivos do Estudo/ Investigação.....	5
3.1 - Definição do Estudo .....	6
3.2 - Amostragem.....	6
3.3 - Instrumento de recolha de dados.....	7
4 - Contextualização da área de estudo.....	8
4.1 - Demografia.....	10
4.2 – Agricultura e a Produção de Castanha .....	11
4.2.1 Ocupação Agrícola na Zona de Estudo.....	11
4.2.2 – Castanheiro e Produção de castanha.....	13
4.2.2.1 - Ecologia da Castanea Sativa .....	13
4.2.2.2 - Origem e distribuição geográfica .....	14
5 - PAC 2007-2014 – As medidas a que os agricultores do concelho de Vinhais se poderiam candidatar .....	16
5.1 - Regime de Ajudas do Iº Pilar (passíveis de candidatura no concelho de Vinhais).....	17
5.1.1 - Regime de Pagamento Único (RPU).....	17
5.1.2 - Prémio por Ovelha e por Cabra.....	18
5.1.3 - Prémio por Vaca em Aleitamento e Prémio Nacional Suplementar.....	18
5.1.4 - Pagamentos Complementares.....	19
5.1.4.1 - Prémio Complementar ao Prémio por Ovelha e por Cabra .....	19
5.1.4.2 - Pagamento Complementar à Comercialização de Bovinos, Ovinos e Caprinos ...	19
5.1.4.3 - Pagamento Complementar ao Setor do Azeite e da Azeitona de mesa .....	20
5.1.4.4 - Pagamentos Complementares no Setor das Culturas Arvenses.....	20
5.2 - Regime de Ajudas do IIº Pilar (passíveis de candidatura no concelho de Vinhais).....	21
5.2.1 - Proteção do Património Oleícola .....	21
5.2.2 - Apoio Pastoreio Extensivo .....	21

5.2.3 - Modos de Produção ( <i>Produção Biológica e Produção Integrada</i> ).....	23
5.2.4 - Proteção da Biodiversidade Doméstica – Raças Autóctones.....	23
5.2.5 - Florestação de Terras Agrícolas .....	23
5.2.6 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – MAZD’s.....	24
5.2.7 - Intervenções Territoriais Integradas – ITI’s.....	25
6 - Resultados da inquirição aos 50 agricultores do concelho de Vinhais e contextualização na NUT III Alto Trás-os-Montes.....	26
6.1 - Perfil do Inquirido .....	26
6.2 - Mão-de-obra na Exploração Agrícola.....	27
6.3 - Atividade, Rendimentos e Subsídios da PAC.....	31
6.3.1 - Regime de Pagamento Único.....	32
6.3.2 - Modo de Produção Integrada .....	33
6.3.3 - Modo de Produção Biológico.....	34
6.3.4 - Proteção da Biodiversidade Doméstica - Raças Autóctones.....	35
6.3.5 - Intervenção Territorial Integrada de Montesinho Nogueira .....	36
6.3.6 - Património Oleícola, Pagamentos Complementares - Azeite e Azeitona.....	37
6.3.7 - Prémios Animais – Pagamentos Diretos, Raças Autóctones, Prémios Complementares.....	39
6.3.8 - Pagamentos Complementares Medidas Agroambientais Apoio Pastoreio Extensivo .....	41
6.3.9 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – MAZD’s.....	42
7- Relação Atividade/Atividade Agricultura e Subsídios no Âmbito da PAC.....	43
7.1 - Castanha enquanto fonte de rendimento .....	47
7.2 - Soutos e os seus encargos.....	51
8 - Continuidade da Exploração Agrícola .....	53
9 - Breve Nota Conclusiva .....	55
10 - Conclusão .....	57
11 - Bibliografia .....	59
12 - Anexos.....	63

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Cultivares de castanha e sua distribuição em Portugal .....	3
Figura 2 - Mapa da NUTII Norte e respetivas NUTS III .....	8
Figura 3 - Freguesias do Concelho de Vinhais .....	10
Figura 4 - Superfície das explorações agrícolas por tipo de utilização das terras e classes de SAU .....	12
Figura 5 - Distribuição das principais espécies do género Castanea no mundo .....	14
Figura 6 - Situação familiar dos (as) inquiridos (as) .....	26
Figura 7 - Ajuda na Exploração Agrícola.....	27
Figura 8 - Periodicidade da Ajuda agrícola.....	27
Figura 9 - Forma da Ajuda agrícola.....	27
Figura 10 - Mão-de-obra na Exploração Agrícola.....	28
Figura 11 - Fontes de Rendimento dos Proprietários Agrícolas.....	30
Figura 12 - Atividade e Subsídios Agrícolas.....	44
Figura 13 - Expressão Montante Rendimentos anual da Castanha (2013), Montante Subsídios da PAC (2013), Rendimento auferido pelos inquiridos (pensões e trabalho por conta de outrem/próprio em 2013).....	46
Figura 14 - SAU, Área de Souto, Dimensão Média das Exploração em Portugal, Dimensão Média das Exploração Inquiridas. Média geométrica das Explorações Inquiridas .....	47
Figura 15 - Evolução do Preço da Castanha .....	48
Figura 16 - Receita Castanha 2012 versus Receita Castanha 2013 dos Inquiridos .....	49
Figura 17 - Produção/Plantação dos Soutos em Portugal.....	50
Figura 18 - Receita Castanha versus Gastos com o Souto (2013) .....	51
Figura 19 - Principais encargos com os Soutos dos inquiridos.....	52
Figura 20 – Utilização de PFF por parte dos Inquiridos.....	53
Figura 21 - Hipóteses de continuidade das explorações pelos descendentes.....	54

## ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Indicadores Demográficos e a sua variação intercensitária (1991-2001; 2001-2011; 2011-2015) .....	10
Quadro 2 - Dados Município de Vinhais.....	11
Quadro 3 - Períodos de referência no âmbito dos regimes de apoio .....	18
Quadro 4 - Montantes Prémio por Ovelha e por Cabra.....	18
Quadro 5 - Montantes dos pagamentos complementares para a comercialização .....	20
Quadro 6 - Montantes Pagamentos Complementares Culturas Arvenses .....	21
Quadro 7 - Montantes ajuda Proteção do Património Oleícola .....	21
Quadro 8 - Montantes Manutenção de Lameiros de alto valor natural .....	22
Quadro 9 - Montantes manutenção do sistema agro-silvo-pastoril de montado de azinho ou carvalho negro.....	22
Quadro 10 - Montantes Florestação PM.....	24
Quadro 11 - Montantes Florestação PPR.....	24
Quadro 12 - Montantes MAZD's .....	25
Quadro 13 - Montantes Soutos Notáveis.....	25
Quadro 14 - Dados candidaturas NUT II – NORTE, Ano 2014 (Produtores Inscritos, Áreas Declaradas, Ares por Produtos) .....	31
Quadro 15 - Regime de Pagamento Único, Nº de Beneficiários, Nº de direitos, Montante pago; .....	32
Quadro 16 - PU 2014, Regime Pagamento Único - Área por Grupo Cultura .....	33
Quadro 17 - PU 2014, Regime Pagamento Único - Área de Cereais.....	33
Quadro 18 - Alteração dos Modos de Produção Agrícola - C01 - Modo de Produção Integrada, Nº de Produtores ano 2014; .....	34
Quadro 19 - Alteração dos Modos de Produção Agrícola - C02 - Modo de Produção Biológico, Nº de Produtores ano 2014; .....	34
Quadro 20 - Alteração dos Modos de Produção Agrícola - C02 - Modo de Produção Biológico, Montantes pagos 2014 .....	34
Quadro 21 - Proteção da Biodiversidade Doméstica - C03 - Raças Autóctones, Nº de Beneficiários Pagos, Nº de CN's pagas, Montante Pago;.....	35
Quadro 22 - - Proteção da Biodiversidade Doméstica - C03 - Raças Autóctones, Nº de Produtores, Nº de CN's candidatas;.....	35
Quadro 23 - Medidas Agroambientais Montesinho Nogueira - Unidades de Produção Agroambientais, Nº de Produtores; .....	36
Quadro 24 - Medidas Agroambientais e Silvo-Ambientais Montesinho Nogueira, Nº de Beneficiários Pagos, Área/CN pagas, Montante Pago; .....	36
Quadro 25 - Apoios Zonas De Carácter Agroambiental - Conservação Dos Soutos Notáveis - Az Montesinho/Nogueira - Dados Declarativos PU 2015; ( <i>fonte IFAP</i> ) .....	37
Quadro 26 - Candidaturas PU 2014 Património Oleícola;.....	38
Quadro 27 - Património Oleícola, Beneficiários Pagos, Quantidade Paga, Montante (PU2014); .....	38
Quadro 28 - Pagamentos Complementares Azeite, Beneficiários Pagos, Quantidade Paga, Montante (PU2014); .....	38

Quadro 29 - Candidaturas/Prémios Vacas Aleitantes PU 2014, Beneficiários Pagos, Animais Pagos, Montante .....	39
Quadro 30 - Dados Candidaturas PU 2014 Candidaturas, Vacas Aleitantes.....	40
Quadro 31 - Candidaturas/Prémios Ovinos e Caprinos PU 2014, Beneficiários Pagos, Animais Pagos, Montante .....	40
Quadro 32 - Dados Candidaturas PU 2014 Candidaturas, Vacas Aleitantes.....	40
Quadro 33 - Pagamentos Complementares, Pagamento Comercialização de Bovinos.....	41
Quadro 34 - Pagamentos Complementares, Lameiros de alto valor natural 2014 (Beneficiários Pagos, Quantidade Paga, Montantes).....	42
Quadro 35 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zona Desfavorecida, Zonas Fora da Rede Natura 2000 Zonas Montanha - Dados De Pagamentos PU 2014 .....	42
Quadro 36 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zona Desfavorecida, Zonas Dentro da Rede Natura 2000 Zonas Montanha - Com ITI - Dados De Pagamentos PU 2014 .....	43

## **SIGLAS E ACRÓNIMOS**

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

INE - Instituto Nacional de Estatística

CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL

PAC – Política Agrícola Comum

IFAP – Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas

SAU - Superfície Agrícola Utilizada

RPU - Regime de Pagamento Único

MAMAO - Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

OC - Organismo Privado de Certificação e Controlo

DOP - Denominação de Origem Protegida

IGP - Indicação Geográfica Protegida

PU – Pedido Único

CN - cabeça normal

FTA - Florestação de Terras Agrícolas

PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural

PM - Prémio de manutenção

PPR - Prémio por perda de rendimento (PPR)

MAZD - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas

ITI - Intervenções Territoriais Integradas

RA – Recenseamento agrícola

OE - Orçamento do Estado

GPE - Gabinete de Planeamento Estratégico

MPB - Modo de Produção Biológico

MPI - Modo de Produção Integrada

FAOSTAT - Food and Agriculture Organization Corporate Statistical Database

PFF - produtos fitofarmacêuticos

## 1 - Introdução

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), a produção mundial de castanha estima-se em 1,9 milhões de toneladas, sendo a China o maior produtor detendo 85,3% da produção mundial (AREFLH, 2012). A Europa representa 8,8% da produção mundial, destacando-se Portugal em terceiro lugar no que concerne à produtividade com 1,2%<sup>1</sup> (Maçarico et al., 2012). Segundo Novais et al. (2010), a castanha é um produto com um elevado potencial de crescimento da procura, mundialmente. Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2013), referem no Continente Português uma área da cultura do castanheiro de 35.168 ha em 2012, a que correspondeu uma produção total de 24.739 toneladas.

De acordo com os dados preliminares apurados a partir do Recenseamento agrícola de 2019, pelo INE, constata-se que a área de castanheiro aumentou no país cerca de 52% face ao Recenseamento Agrícola anterior

Apesar do já referido potencial de crescimento da procura da castanha (Novais et al., 2010), a cultura do castanheiro tem vindo a diminuir, devido às pragas e doenças que não sendo convenientemente controladas podem conduzir posteriormente ao abandono dos soutos.

Como técnico regional da zona norte da CONFAGRI (Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, CCRL) e sendo eu natural de Vinhais, a importância do castanheiro na região não me é indiferente. Daí a necessidade de um estudo mais aprofundado da importância dos soutos, bem com dos fundos destinados para à agricultura (ajudas ou subvenções da PAC).

Sendo conhecida a importância desta cultura em Trás-os-Montes, sobretudo na Terra Fria Transmontana, escolhi esta produção como centro do meu trabalho. Pretendi relacionar a importância desta cultura com o recurso por parte dos produtores aos

---

<sup>1</sup> - RefCast e os players do sector estimam que o mercado paralelo e o autoconsumo possam representar entre 30% e 50% da produção baixando de forma significativa os valores da produtividade

incentivos para ela desenhados no âmbito da Política Agrícola Comum, nomeadamente através da medida “Conservação dos Soutos notáveis da Terra Fria”, tentando perceber até que ponto estes apoios (bem como o conjunto de outros subsídios da PAC) são relevantes para os produtores e o que representam no total do rendimento apurado.

Como técnico do CONFAGRI e tendo por este facto contato direto com os agricultores que aí se dirigem para se candidatar aos subsídios, pude realizar uma inquirição a um conjunto de produtores de castanha, tendo simultaneamente acesso à informação acerca da totalidade de subsídios a que se candidataram em 2014, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio 2007- 2014.

Assim nesta dissertação começo por apresentar os Conceitos e opções metodológicas que considerei para a realização deste trabalho, seguindo-se uma breve caracterização da área de estudo, da sua agricultura e em particular da cultura do castanheiro.

Apresento em detalhe as medidas da Política Agrícola Comum em vigor à época e passíveis de candidatura no concelho de Vinhais (relativas ao Quadro Comunitário de Apoio 2007-2014) podendo, portanto, estar presentes nas candidaturas dos agricultores entrevistados, tanto no que diz respeito às incluídas no Iº Pilar, como às pertencentes ao IIº Pilar.

Em seguida é apresentada e discutida a informação recolhida por inquirição que me permitiu traçar o perfil dos agricultores, bem como caracterizar a agricultura por eles realizada (em termos de áreas, culturas, mão-de-obra...) bem como os subsídios a que se candidatam.

Relativamente à análise das candidaturas a subsídios, para além de tratar e interpretar os dados por mim recolhidos por inquirição, complemento a minha análise recorrendo também às sínteses do IFAP fez para a região (à época, a Nut III Alto Trás-os-Montes) e em particular para o concelho de Vinhais.

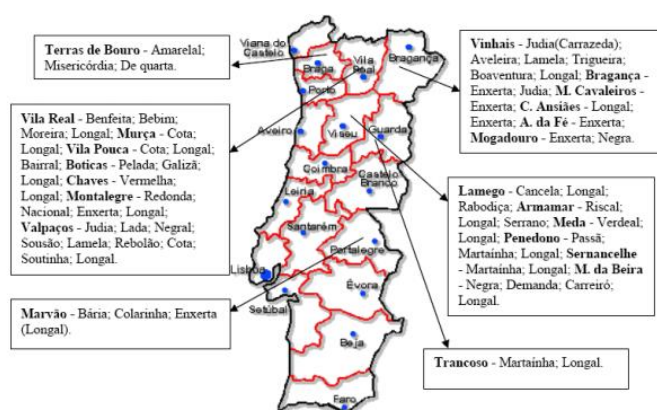
Termino esta dissertação sintetizando as principais conclusões que este trabalho trouxe à evidência e que permitem avaliar a importância dos subsídios da Política Agrícola Comum para os agricultores produtores de castanha no concelho em análise.

## 2 - Conceitos e opções metodológicas

“ Traduzir um projecto de investigação sob a forma de uma pergunta de partida só será útil se essa pergunta for corretamente formulada.” (QUIVY et CAMPENHOUDT 1995, pag 34)

A castanha portuguesa tem sido reconhecida pela sua qualidade superior, sendo suscetível de oferecer toda uma gama de variabilidade capaz de as adaptar às diferentes condições edafo-climáticas (Coelho, 1999). A produção de castanha é uma cultura em expansão, de distinta qualidade associada à monospermia das cultivares regionais (“marron”), atributo exigido para a confeitaria de luxo e que lhes confere ainda maior aptidão para a transformação industrial (Matos, 2003; Matos, 2004).

Figura 1 - Cultivares de castanha e sua distribuição em Portugal



Fonte: Cardoso e Pereira (2007)

Contudo, em consequência do seu valor económico, algumas cultivares começaram a ter uma certa primazia, como a ‘Longal’, a ‘Martainha’ e a ‘Judia’ em Trás-os-Montes, pelo que interessa preservar, caracterizar e manter todo o património genético da espécie como forma de garantir a sua diversidade biológica, organoléptica e tecnológica (Barreira 2010 cit. Cândido 2015).

O que se pretende neste estudo é perceber que proporção desse importante rendimento gerado é conseguida através das subvenções oriundas da Política Agrícola Comum (PAC) e do Desenvolvimento Rural. Utilizando métodos de investigação, segundo classificação de Grawitz (1993; cit. NOBRE 2009)) métodos de *técnicas vivas* (realização de entrevistas e da observação) como *técnicas documentais*, através da utilização de inquéritos, por entrevista, às populações que convivem com a espécie *castanea sativa* como cultivar, de modo a obter uma apreciação do valor socioeconómico dos povoamentos de castanheiros, soutos, conjuntamente com as subvenções da PAC e do Desenvolvimento Rural no concelho de Vinhais.

O inquérito decorreu no ano 2014 e foi feito a 50 agricultores que já usufruíam de rendimentos provenientes da venda castanha, (apenas um deles ainda não tinha área de souto, tencionava implementá-la nesse ano).

O critério de seleção dos inquiridos foi serem agricultores com exploração no concelho de Vinhais com áreas de souto, e candidatarem-se aos subsídios da PAC no Crédito Agrícola de Vinhais, através da CONFAGRI, (onde à época existiam em média cerca de 250 candidaturas).

Em termos de recolha e análise de dados documentais, saliento ainda a recolha que fiz no IFAP (Instituto de Financiamento de Agricultura e Pesca) acerca das subvenções candidatas na então NUT III Alto Trás-os-Montes, e respetivos concelhos (particularmente para o concelho de Vinhais). Posteriormente na interpretação e análise que faço acerca das Subvenções da PAC no concelho de Vinhais, estes dados são também importantes e complementam a análise da informação apurada por inquirição.

Definiu-se assim que o território de observação abrange o concelho de Vinhais onde a produção de castanha é prática comum no quotidiano da exploração agrícola.

Obviamente que a qualidade e a validade dos resultados de um inquérito dependem da dimensão da amostragem inquirida. Evidentemente que, se a amostra fosse igual à população do concelho que pratica agricultura e se candidata às subvenções da PAC e do Desenvolvimento Rural, o erro da amostragem seria praticamente nulo. Todavia a referência a “esta” população total seria enganadora, uma

vez que quase nunca é possível conhece-la inteiramente, visto o que supostamente se ganharia em rigor, em relação a uma amostra mais razoável, é mínimo (MATALON e GHIGLIONE 2001).

Contudo a participação e observação do entrevistador na estrutura da amostragem que se estuda, como uma maneira de a aprender para elaborar o documento, torna-se um método científico, uma vez que permite abstrair os fatores constantes da conduta, comparando-os com outras variáveis (SILVA et PINTO 1986 pág. 157). O fato de pertencer ao corpo técnico da CONFAGRI - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, permitiu-me aceder às bases de dados do IFAP consultando os processos dos inquiridos, de modo a conseguir interligar diferentes variáveis que não constavam no inquérito, as quais completaram o processo em si.

Sendo transcendente a qualquer área, a investigação visa aumentar o campo de conhecimentos na disciplina.

*« (...) finalidade da actividade científica é a obtenção da verdade por intermédio da comprovação de hipóteses que, por sua vez, são pontes entre a observação da realidade e a teoria científica que explica a realidade. O método é o conjunto das actividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objectivo – conhecimentos válidos e verdadeiros-, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do investigador.»* VAZ FREIXO (2009: p. 80)

### **3 - Objetivos do Estudo/ Investigação**

Segundo VAZ FREIXO, (2009: p.164) o objetivo de uma investigação presume «(...) o que o investigador tem intenção de fazer no decurso do estudo. Pode tratar-se de

*explorar, de identificar, de descrever, ou ainda de explicar ou de prever tal ou tal fenómeno (...)*»

Pretende-se com o estudo atingir os seguintes objetivos específicos:

- Identificar a importância socioeconómica da cultura do castanheiro no concelho de Vinhais;
- Relacionar essa importância com os fundos oriundos das subvenções da PAC, tendo em conta a perpetuação do espaço rural.

### **3.1 - Definição do Estudo**

A definição do estudo a analisar precisará de ser realizada tendo em conta que se pretende desenvolver um fato, encadeado por uma progressão lógica de ideias ou fatores relacionados com o problema em questão (VAZ FREIXO,2009).

Cada trabalho de pesquisa deve ser iniciado com uma interrogação/questão sobre algum tipo de problema, que também poderá ser chamada de questão de partida, como tal a pergunta de partida deverá ser: **“Serão as subvenções da PAC imprescindíveis para a viabilidade socioeconómica das explorações agrícolas com cultivares de castanheiro?”**

### **3.2 - Amostragem**

Na concretização de qualquer investigação há uma necessidade de determinar uma população ou universo, pois segundo VAZ FREIXO (2009: p. 183)

*«A descrição da população e da amostra faculta uma boa ideia sobre a eventual generalização de resultados. Por sua vez, as características da população definem o grupo de sujeitos que serão incluídos no estudo e precisam os critérios de selecção.»*

Assim sendo podemos referir que a população deste estudo é o conjunto de agricultores do concelho de Vinhais, que apresentam áreas de souto nas suas explorações e que fazem candidatura às subvenções da PAC e do Desenvolvimento Rural mediante a apresentação da candidatura anual ao Pedido Único de Ajudas.

### 3.3 - Instrumento de recolha de dados

São de considerar determinados fatores na seleção de um instrumento de medida: os objetivos do estudo, o nível de conhecimento que o investigador possui acerca das variáveis e a possibilidade de obter medidas apropriadas às definições conceptuais, a fidelidade e validade dos instrumentos de medida (FORTIN.2009).

Segundo VAZ FREIXO (2009: p. 196):

*«O questionário é o instrumento mais usado para a recolha de informação, constituindo um dos instrumentos de colheita de dados que necessita das respostas escritas por parte dos sujeitos, sendo constituído por um conjunto de enunciados ou questões que permitem avaliar as atitudes, e opiniões dos sujeitos ou colher qualquer outra informação junto desses mesmos sujeitos.»*

Este tratamento estatístico possibilita avaliar atributos da população, proporcionando a obtenção de conclusões, tendo continuamente em conta a pergunta de partida, hipóteses e fundamentação teórica.

O instrumento de recolha de dados escolhido para realizar a atual investigação foi um questionário/entrevista, pelo motivo de ser este o que melhor se adequa às características da população alvo (questionário anexo).

Assim, o questionário foi elaborado e estruturado, em 5 partes. Na primeira incluíram-se questões relacionadas com a caracterização sociodemográfica da amostra, a saber: Idade, Estado civil, Situação face ao emprego. Numa segunda parte o inquérito remete-nos para o apuramento da atividade produção de castanha: área de souto, se esta é ou não a atividade principal, produção/venda de castanha na presente campanha (2014) e na anterior, entre outros rendimentos obtidos. Na terceira parte o inquérito remete-nos para as despesas no souto, na exploração em geral, e para a fitossanidade, sendo esta complementada com a quarta parte do inquérito onde o estudo se propôs verificar outras fontes de rendimento na exploração agrícola, incluindo-se aqui os montantes recebidos no âmbito das subvenções da PAC.

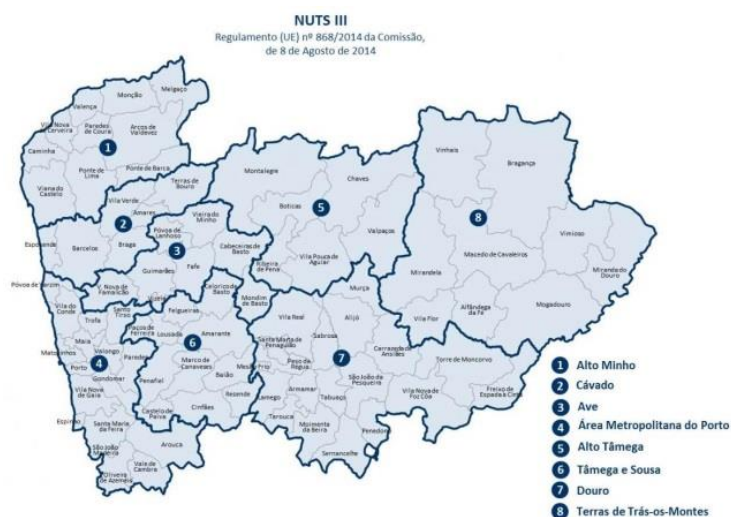
Em jeito de conclusão a quinta parte do inquérito serve para nos dar a saber acerca das intenções de continuidade, ou não, da exploração agrícola bem como da produção de castanha.

Além do referido anteriormente posteriormente pude consultar os processos dos inquiridos de modo a poder relacionar os dados declarados e verificar alguns deles.

#### 4 - Contextualização da área de estudo

Genericamente, a área geográfica deste estudo, insere-se na atual NUT III Terras de Trás-os-Montes (Figura 2), constituída por 9 municípios. Contudo este trabalho restringe-se, a uma área mais limitada dentro da referida região: o concelho de Vinhais.

Figura 2 - Mapa da NUTII Norte e respetivas NUTS III



Fonte: CCDRN

De acordo com o INE (2015), esta região (NUT III terras de Trás-os-Montes) representa 6% da população residente do país.

*“Nos últimos 40 anos Trás-os-Montes e Alto Douro perdeu cerca de 260 mil indivíduos “...” o decréscimo da população atenuou-se devido exclusivamente à evolução de comportamentos migratórios, o que traduz a maior capacidade de fixação da população regional, devido à consolidação de um conjunto de cidades de média dimensão” (GOMES, 2002 citado por NOBRE, 2009).*

A amostragem da inquirição efetuada restringe-se a uma área mais limitada dentro da região referida. A mesma encontra-se delimitada por 26 freguesias (Figura 3), que agregadas constituem um espaço cujas características agroecologias permitem a este concelho, Vinhais, apresentar freguesias com características da Terra Fria e outras com características de Terra Quente.

*“Terra Fria e Terra Quente são designações comuns em Trás-os-Montes que traduzem de modo directo os contrastes climáticos da região, constituindo porventura o seu mais vincado traço caracterizador. É que, aos do clima, associam-se os contrastes ecológicos e agro-culturais, estes sim a demonstrar pela evidência as paisagens que compõem, a legitimidade dos termos e do que lhes dá conteúdo.*

(...)

*São os longos e frios Invernos, seguidos de Verões curtos e quentes, quase sem transição, que identificam a Terra Fria. O período de geadas cobre os meses de Outubro a Abril, podendo estender-se nas zonas mais altas.*

*A expressividade do carácter Mediterrânico dá fundamento à designação de Terra Quente. Os invernos são mais suaves, com um período de geadas estendendo-se de finais de Novembro a princípios de Março”*

(Figueiredo, 2005)

Figura 3 - Freguesias do Concelho de Vinhais



Fonte: Wikipédia

A norte e oeste do concelho encontra-se Espanha e a sul do mesmo, os concelhos de Mirandela e Macedo de Cavaleiros e a oeste Valpaços e Chaves. Apresenta uma área territorial de cerca de 695 km<sup>2</sup> (fonte site Direção Geral do Território) subdividido por 26 freguesias (fonte site Câmara Municipal de Vinhais).

#### 4.1 - Demografia

O concelho de Vinhais conta com aproximadamente 9066<sup>2</sup> habitantes dos quais 8289 residentes<sup>3</sup>.

Quadro 1 - Indicadores Demográficos e a sua variação intercensitária (1991-2001; 2001-2011; 2011-2015)

NUTS e Concelhos	Área (2015) km <sup>2</sup>	População Residente (2015) Indivíduos	Densidade Populacional (2015) hab./km <sup>2</sup>	Crescimento Populacional			Taxa Bruta de Natalidade (2015) ‰	Taxa Bruta de Mortalidade (2015) ‰	Jovens (0-14 anos) (2015) ‰	Maiores de 64 anos (2015) ‰	Índice de Envelhecimento (2015) i <sup>2</sup>	Saldo Migratório (2015) i <sup>1</sup>
				1991-2001 %	2001-2011 %	2011-2015 %						
Portugal	92.225,6	10.341.330	112,1	4,5	1,4	-1,9	8,3	10,5	14,1	20,7	146,5	-10.481
Região Norte	21.286,9	3.603.778	169,3	5,3	-0,2	-2,3	7,5	9,3	13,6	18,9	139,5	-11.716
<b>Trás-os-Montes</b>	<b>5.513,6</b>	<b>110.759</b>	<b>20,0</b>	<b>-4,5</b>	<b>-7,6</b>	<b>-5,1</b>	<b>5,7</b>	<b>15,5</b>	<b>10,3</b>	<b>28,9</b>	<b>278,4</b>	<b>-332</b>
Alfândega da Fé	322,0	4.889	14,6	-12,0	-14,6	-6,9	4,4	18,4	8,9	31,6	353,2	-13
Bragança	1.173,6	34.033	29,0	4,7	1,0	-3,5	6,8	13,9	11,6	23,6	203,9	-66
Macedo de Cavaleiros	699,1	14.982	21,3	-7,8	-9,9	-4,9	5,1	15,8	10,0	30,1	300,1	-33
Miranda do Douro	487,2	7.138	14,7	-7,1	-7,3	-4,3	3,9	14,8	8,9	32,4	364,7	3
Mirandela	659,0	22.419	34,0	1,5	-8,0	-5,3	6,6	14,1	11,1	26,6	239,3	-116
Mogadouro	760,7	8.815	11,6	-8,7	-15,0	-6,6	5,0	15,9	9,3	33,9	363,9	-40
Vila Flor	265,8	6.242	23,5	-10,7	-15,2	-5,9	4,8	17,3	9,8	29,5	301,8	-20
Vimioso	481,6	4.253	8,8	-15,4	-12,7	-7,7	6,0	28,3	9,8	36,0	367,6	-14
Vinhais	694,8	8.289	11,9	-16,4	-14,8	-7,4	3,9	16,2	7,5	40,6	538,9	-33

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Notas: Estimativas Provisórias da População Residente.

O saldo migratório é a diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. Período de tempo a que a informação se refere e que pode ser um dia específico ou um intervalo de tempo (mês, ano fiscal, ano civil, entre outros).

Fonte: INE

<sup>2</sup> - dados wikipédia (2011)

<sup>3</sup> - contra 8357 mencionados segundo fonte PORDATA

No que concerne à população residente a situação é análoga aos concelhos limítrofes. O número de pessoas com idade superior a 65 anos é notoriamente superior ao número de pessoas com idade inferior aos 14 anos, subjacente a este fato, este concelho tem a agravante de ter sido, nas redondezas, o que apresenta a maior taxa de repulsão (MATOS et al. 2000), apresentando 531 idosos<sup>4</sup> por cada 100 jovens residentes (fonte site PORDATA 2015), o que indicia que existem 1,3 indivíduos em idade ativa por idoso.

Quadro 2 - Dados Município de Vinhais



	2009	2013	2015
<b>População</b>	9.387	8.672	8.357
<b>Idosos por 100 jovens</b>	436	493	531
<b>Alunos pré-escolar ao secundário</b>	875	684	693
<b>% de desempregados IEFP (na população 15 - 64 anos)</b>	6,7	9,9	10,4
<b>Saldo financeiro da C.M. (milhares €)</b>	-88	-42	830
<b>% de abstenção nas eleições autárquicas</b>	36,8	36,5	-

Fonte: PORDATA

## 4.2 – Agricultura e a Produção de Castanha

De acordo com MATOS et al. (2000) a atividade agrícola, a tempo inteiro ou parcial, apresenta-se como uma das principais fontes de rendimento para grande parte das famílias.

### 4.2.1 Ocupação Agrícola na Zona de Estudo

Segundo o Observatório Económico e Social de Trás-os-Montes, (adjudicado ao Instituto Politécnico de Bragança), a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em Portugal não registou alterações significativas desde 2009, mantendo-se nos 3,6 milhões de hectares, o que representa aproximadamente 39,5% da superfície territorial. Tendo o concelho

<sup>4</sup> - cerca de 539 segundo INE em 2015

de Vinhais, segundo a mesma fonte, baseado nos dados INE 2011, vindo a diminuir significativamente a superfície agrícola utilizada.

Figura 4 - Superfície das explorações agrícolas por tipo de utilização das terras e classes de SAU



Fonte: Observatório Económico e Social

No concelho de Vinhais, assim como no contexto geral de Trás-os-Montes, a ocupação das culturas têm-se vindo a alterar no decorrer dos últimos 10 anos, diminuindo as terras aráveis e aumentando as culturas permanentes. (RA, 2009). Tal fato, embora não registado no questionário, foi identificado e confirmado na entrevista, e é também do nosso conhecimento empírico, dada a proximidade mantida com o concelho de Vinhais.

Ainda segundo o Observatório Económico e Social de Trás-os-Montes (a este propósito baseado no Recenseamento Agrícola de 2009), as culturas permanentes estão organizadas em frutos frescos, citrinos, frutos subtropicais, frutos secos e de casca rija, olival e vinha. Os frutos secos e de casca rija em Trás-os-Montes representam 41% da superfície ocupada, que no caso dos castanheiros corresponde a uma área de 29 044 ha e a uma distribuição da produção de 86%.

#### **4.2.2 – Castanheiro e Produção de castanha**

O castanheiro pertence à família das *Fagaceae* e ao género *Castanea*, o qual compreende várias espécies com, e sem aptidão, frutícola. Em Portugal, como no resto da Europa, a espécie mais cultivada é *Castanea sativa* Miller e engloba inúmeras variedades produtivas de fruto (castanha) com notável valia comercial. Contudo, e para produção de fruto, têm surgido alguns híbridos resultantes do cruzamento de *Castanea sativa* com outras espécies, principalmente, *Castanea crenata* Sieb. & Zucc. e, ultimamente, *Castanea mollissima* Blume. Oriundas, respetivamente, do Japão e da China, estas espécies são utilizadas vantajosamente como porta-enxerto dador de genes de resistência, quer à doença ou mal da tinta, quer ao cancro do castanheiro (LARANJO et al., 2007).

##### **4.2.2.1 - Ecologia da Castanea Sativa**

O castanheiro pela sua polivalência pode associar-se com culturas agrícolas, frutícolas e inclusive florestais. Enquanto cultivado como frutícola, o castanheiro surge em povoamentos tradicionais, localizados maioritariamente em zonas de montanha sem compassos definidos, compostos essencialmente por árvores centenárias, formando cobertos vegetais de inigualável valor ecológico, florístico e faunístico. Surge igualmente em povoamentos ordenados, particularmente estruturados para a produção de fruto, localizados em terrenos de média e baixa encosta e cada vez mais comumente em terrenos agrícolas de planície (LARANJO et al., 2007).

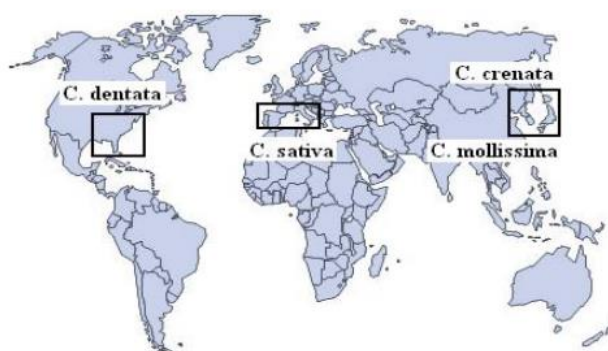
Tratando-se de uma espécie bastante rústica, o castanheiro pode sobreviver em condições mais ou menos naturais, praticamente sem a intervenção humana, como verificado quando cultivado em zonas de montanha, embora nas referidas condições se verifique crescimentos lentos com produções irregulares, estando as mesmas sempre muito dependentes das características climáticas do ano. Contudo, quando cultivado em solos e condições favoráveis, os espécimes atingem bons crescimentos, os quais se refletem em boas produções.

#### 4.2.2.2 - Origem e distribuição geográfica

A cultura do castanheiro é tão antiga que em certas regiões torna-se difícil distinguir os castanheiros autóctones dos que, tendo origem agrícola, se tornaram selvagens (Paiva, 1990).

De acordo com LARANJO et al. (2009), o castanheiro teve a sua origem na China, há cerca de 35 milhões de anos. A sua dispersão foi evoluindo de acordo com a adaptação a cada continente. O castanheiro encontra-se distribuído por todo o mundo, estando presente nos continentes Europeu, Asiático, Americano e Oceânia, mesmo com as disparidades edafoclimáticas existentes entre eles. Na Ásia, particularmente na China e Coreia do Norte, a espécie que evoluiu foi classificada de *Castanea mollissima*. Na Coreia do Sul e Japão a espécie que se instalou foi a *Castanea crenata*, que ficou conhecida como “castanheiro japonês”. Já na Europa o género *Castanea* evolucionou como *Castanea sativa* (que significa cultivado), ficando conhecida como castanheiro europeu. Na América do Norte a espécie evoluiu como *Castanea dentata*, ficando conhecida por castanheiro americano. As exigências de cada espécie revelaram especificidades próprias proporcionando uma adaptação a uma vasta diversidade de ecossistemas.

Figura 5 - Distribuição das principais espécies do género *Castanea* no mundo



Adaptado de Brito, (2013)

Ainda de acordo com LARANJO et al. (2009), o castanheiro em Portugal encontra-se nas zonas com condições climáticas continentais, ou seja, no interior. É cultivado em zonas altas, com altitudes entre os 600 m e os 1000 m. Como esta espécie está bem-adaptada a zonas montanhosas, vai aparecer no interior norte e centro, mais

concretamente nas regiões de Trás-os-Montes e da Beira Interior. Em Trás-os-Montes a cultura apresenta maior expressão na Terra Fria, localizada nas “terras altas” sobretudo nos concelhos de Vila Pouca de Aguiar, Chaves, Valpaços, Vinhais, Bragança, Vimioso e Macedo de Cavaleiros. Na Beira Interior os concelhos da Guarda, Viseu, Sernancelhe e Penedono são onde a cultura apresenta maior expressão. Existe ainda, mais a sul, na região do Alentejo e Algarve, sendo explorada em pequenos núcleos. No Alentejo situa-se nas encostas da Serra de S. Mamede, perto de Castelo de Vide e Marvão e no Algarve surge, por exemplo, na Serra do Caldeirão.

FERNANDES (1954) citado por LARANJO et al., (2007), mencionou que na década de 50 estimava-se que a superfície ocupada pelo castanheiro em Portugal andaria por volta dos 70.000 ha, dos quais 65.000 ha explorados para a produção de fruto e 5.000 ha destinados à produção de madeira (talhadia). Contudo, desde então e tal como sucedeu no resto da Europa, a área ocupada por soutos, castinçais e até por castanheiros isolados diminuiu significativamente. Como consequência, de acordo com o inventário florestal datado de 1980, a área de castanheiros para produção de fruto era de apenas 30.320 ha (VAZ, 1988), dos quais cerca de metade se encontravam em Trás-os-Montes, mais precisamente 3.800 ha no distrito de Vila Real e 12.300 ha no distrito de Bragança, segundo dados obtidos mediante levantamento com base em ortofotomapa aéreo (MARQUES, 1987).

Nas terras altas de Trás-os-Montes o castanheiro é uma das espécies arbóreas e frutícolas mais importantes. As condições edafoclimáticas locais promovem o desenvolvimento da cultura. Ao longo dos tempos a castanha tornou-se um dos produtos mais valorizados da exploração agrícola, sendo muito apreciada e valorizada em mercados internos e externos. Segundo LARANJO et al. (2009) a importância que a castanha assumiu em Portugal é, em grande parte, devido às quebras de produção registadas em outros países europeus, onde o avanço de patologias e a fraca organização do setor em sistemas tradicionais não consentem gerar produções rentáveis.

É em Trás-os-Montes que se encontra a maior área de soutos, tendo, por isso, uma contribuição deveras importante para o rendimento das explorações. A cultura

favorece também o desenvolvimento económico de outras atividades, como o turismo rural, onde se inclui a caça, uma vez que fornece alimentação a várias espécies cinegéticas (LARANJO et al., 2009).

## **5 - PAC 2007-2014 – As medidas a que os agricultores do concelho de Vinhais se poderiam candidatar**

Existiram vários regimes de ajudas a que os agricultores se puderam candidatar, quer no primeiro pilar (ajudas à produção, que incluem entre outros os Pagamentos Diretos) quer no segundo pilar<sup>5</sup>, conhecido como Desenvolvimento Rural (que inclui as ajudas ao investimento, entre outras). Tendo em conta a área geográfica do estudo, bem como as condicionantes naturais da mesma, apenas serão expostas as ajudas a que os agricultores transmontanos se puderam candidatar, não fazendo aqui referência aos requisitos e condicionalidade das condições de acesso de cada ajuda mencionada.

Embora o foco deste trabalho seja a análise da cultura do castanheiro, optamos por analisar a totalidade dos subsídios a que se candidatam os agricultores do concelho de Vinhais. Tal fato deveu-se à circunstância deste concelho em termos agrícolas se caracterizar por explorações agrícolas familiares, de policultura em que a candidatura aos subsídios existentes reflete isso mesmo.

Por exemplo, no Regime de Pagamento Único, assim como na Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas, considerando uma área elegível, é evidente que se encontram aí incluídas as diferentes áreas das culturas praticadas, em que forçosamente as áreas de castanheiro se encontram aí também representadas.

Neste tipo de explorações o que faz sentido é analisar a lógica global de obtenção de rendimento e assim optámos por uma análise das candidaturas às diferentes hipóteses de subsídios.

---

<sup>5</sup> - arquitetura em anexo

## **5.1 - Regime de Ajudas do Iº Pilar (passíveis de candidatura no concelho de Vinhais)**

### **5.1.1 - Regime de Pagamento Único (RPU)**

O Regime de Pagamento Único (RPU) trata-se de um regime de apoio aos produtores, que tem por princípio básico o desligamento da produção e que substituiu total ou parcialmente os apoios diretos precedentemente atribuídos ao abrigo de vários regimes de apoio, nomeadamente: culturas arvenses, arroz, leguminosas para grão, forragens secas, lúpulo, extensificação, bovinos machos, abate de bovinos adultos, ovinos e caprinos e prémios complementares que foram integrados na 1ª vaga em 2005, azeite e azeitona de mesa, tabaco, algodão e açúcar, integrados na 2ª vaga em 2006, leite e banana, integrados na 3ª vaga em 2007, hortícolas e frutícolas, integrados na 4ª vaga em 2008, Prémio ao Arranque da Vinha, integrado em 2010, 2011 e 2012 denominada 5ª vaga.

Para terminar, prémio ao abate de bovinos adultos, prémio ao abate de vitelos, pagamento transitório ao tomate para transformação, ajuda às sementes, ajuda à transformação de forragens secas, prémio às proteaginosas, pagamento específico para o arroz e pagamento por superfície para os frutos de casca rija, integrados para a campanha de 2012 sendo esta designada 6ª vaga tratou-se, a mesma, da última integração de pagamentos ligados à produção e os quais foram desligados no âmbito do decorrer da PAC.

Aos agricultores que se candidataram aos regimes de apoio constantes das vagas mencionadas, e que receberam as respetivas ajudas nos anos de referência constantes no quadro 3, foram atribuídos montantes de referência correspondentes à média do somatório do montante determinado pelo período de referência no âmbito de cada um dos regimes de apoio, esses montantes tomam a designação de direitos de RPU (Manual Técnico das ajudas, MAMAQ, IFAP 2012).

Quadro 3 - Períodos de referência no âmbito dos regimes de apoio

Ajudas	Anos de Referência					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Prémio ao Abate de Bovinos Adultos					X	X
Prémio ao Abate de Vitelos					X	X
Pagamento Transitório ao Tomate para Transformação				X	X	X
Ajudas às Sementes				X	X	X
Ajuda à Transformação de Torragens Secas		X	X	X		
Prémio às Proteaginosas		X	X	X		
Pagamento Específico para o Arroz		X	X	X		
Pagamento por Superfície para os Frutos de Casca Rija	X	X	X	X		

Fonte: Manual Técnico das ajudas, MAMAQ, IFAP (2012)

### 5.1.2 - Prémio por Ovelha e por Cabra

Prémio concedido sob a forma de um pagamento anual por animal, ovelha com aptidão para produção de carne e/ou leite, e cabra, elegível, por ano civil por produtor, até ao número de direitos que o produtor detém nesse ano, desde que o efetivo fosse igual ou superior a 10 animais elegíveis.

O número de direitos não se apresentou como fator limitativo do número de animais na exploração, mas apenas atuou como limite de animais para os quais o prémio seria concedido.

Este regime de ajuda encontrou-se parcialmente abrangido pelo RPU (Manual Técnico das ajudas, MAMAQ, IFAP 2012).

Quadro 4 - Montantes Prémio por Ovelha e por Cabra

Tipo de Animal	Valor unitário(€)
Ovelha de Carne	21
Ovelha de Leite	16,8
Cabra	16,8

Adaptado: Manual Técnico das ajudas, MAMAQ, IFAP (2012)

### 5.1.3 - Prémio por Vaca em Aleitamento e Prémio Nacional Suplementar

Prémio concedido aos produtores que possuíssem vacas aleitantes na sua exploração e que as detivessem na exploração durante, pelo menos, 6 meses consecutivos a contar do dia 1 de fevereiro de cada ano, um número de vacas em aleitamento, pelo menos, igual a 60% e um número de novilhas igual, no máximo, a 40%

do seu limite individual (Manual Técnico das ajudas, MAMAQ, IFAP 2012). O valor do prémio foi de 200 Euros por vaca elegível sendo o prémio nacional suplementar no valor de 30,19 Euros por vaca elegível (Fonte IFAP).

#### **5.1.4 - Pagamentos Complementares**

##### **5.1.4.1 - Prémio Complementar ao Prémio por Ovelha e por Cabra**

O Pagamento Complementar ao “Prémio por Ovelha e por Cabra”, vulgarmente conhecido por “Ajuda ao Mundo Rural”, foi destinado aos produtores de ovinos/caprinos cuja exploração estaria localizada numa zona em que a produção de ovinos e caprinos integrasse uma atividade tradicional, contribuindo de forma significativa para a economia rural (Manual Técnico das ajudas, MAMAQ, IFAP 2012). O valor do Prémio Complementar foi de 7€ por ovelha e por cabra.

##### **5.1.4.2 - Pagamento Complementar à Comercialização de Bovinos, Ovinos e Caprinos**

Teve como objetivo incrementar de forma sustentável a qualidade dos produtos animais, através da inclusão de parâmetros de qualidade nas carnes de bovino, de ovino e de caprino.

Esta ajuda foi atribuída diretamente aos produtores de bovinos, ovinos e caprinos que comercializaram, através de organizações de produtores reconhecidas, produção enquadrável nos critérios de qualidade.

Para efeitos da certificação em modo de produção biológico, considerou-se apenas a produção comercializada por agrupamentos de produtores sujeitos a controlo por um Organismo Privado de Certificação e Controlo (OC) reconhecido em modo de produção biológico.

Este pagamento complementar à comercialização de bovinos foi concedido anualmente, sendo elegíveis os animais abatidos com idade superior a três meses, desde que se mantivessem na posse do produtor, em território nacional, por um período mínimo de dois meses consecutivos, e, pelo menos, até 30 dias antes do abate (fonte IFAP).

Quadro 5 - Montantes dos pagamentos complementares para a comercialização

Animais Provenientes de Explorações em Modo Biológico		Animais Provenientes das Restantes Explorações	
Tipo de Animal	Valor(€)	Tipo de Animal	Valor(€)
Bovino	26	Bovino	22
Borrego	10	Borrego	8
Cabrito	10	Cabrito	8

*Adaptado: Manual Técnico das ajudas, MAMAQ, IFAP (2012)*

#### 5.1.4.3 - Pagamento Complementar ao Setor do Azeite e da Azeitona de mesa

Pagamento destinado a olivicultores que produzissem azeitona para azeite ou azeitona de mesa no âmbito dos cadernos de especificações de produtos de Denominação de Origem Protegida (DOP) e/ou Indicação Geográfica Protegida (IGP), que se encontrassem submetidos ao respetivo sistema de controlo e certificação e cuja produção fosse transformada por operadores, lagares e empresas de azeite, reconhecidos.

O montante unitário do pagamento complementar foi de € 180 por tonelada equivalente de azeite DOP/IGP. No caso da azeitona de mesa, a ajuda foi paga utilizando-se para o efeito um fator de conversão de azeitona de mesa em azeite equivalente igual a 0,16. (Manual Técnico das ajudas, MAMAQ, IFAP 2012).

#### 5.1.4.4 - Pagamentos Complementares no Setor das Culturas Arvenses

Os pagamentos complementares suprarreferidos tiveram por objetivo aumentar de forma sustentável a qualidade dos produtos vegetais através da introdução de parâmetros de qualidade nas culturas arvenses.

A ajuda foi atribuída diretamente aos produtores de culturas arvenses que comercializassem, através de organizações de produtores reconhecidas, produção que seja enquadrável nos parâmetros de qualidade definidos (Manual Técnico das ajudas, MAMAQ, IFAP 2012).

Quadro 6 - Montantes Pagamentos Complementares Culturas Arvenses

Variedade	Montante da Ajuda €/ton.
Culturas Arvenses	6,7
Trigo Duro	18

*Adaptado: IFAP (PU 2014)*

## 5.2 - Regime de Ajudas do IIº Pilar (passíveis de candidatura no concelho de Vinhais)

### 5.2.1 - Proteção do Património Oleícola

Apoio específico concedido aos agricultores que desenvolvessem atividades agrícolas que gerassem benefícios agroambientais suplementares em parcelas de olival tradicional. Tiveram como objetivo contribuir para a manutenção do valor paisagístico e do nível de biodiversidade associada a esse tipo de ocupação cultural (Fonte site IFAP).

O montante deste apoio foi atribuído mediante escalões de forma degressiva, como indicado no quadro 7.

Quadro 7 - Montantes ajuda Proteção do Património Oleícola

Área de olival elegível (ha)	Montantes €/ton.
≥ 0,30 e < 5	150
≥ 5 e < 10	120
≥ 10 e < 50	85
≥ 50	50

*Adaptado: IFAP (PU 2014)*

### 5.2.2 - Apoio Pastoreio Extensivo

Apoio específico a conceder aos agricultores que desenvolvessem atividades agrícolas que gerassem benefícios agroambientais suplementares através de atividades pecuárias baseadas no pastoreio extensivo, com o objetivo de contribuir para uma aproveitação sustentável dos recursos forrageiros. Destinou-se a apoiar condutas que possibilitassem preservar a riqueza florística de pastagens de alto valor natural,

controlar a carga combustível de pastagens extensivas de modo a minimizar a erosão e o risco de incêndio e preservar a conservação do sistema agro-silvo-pastoril de montado de azinho e carvalho negral, com o intuito de contribuir para o uso sustentável dos recursos forrageiros (fonte IFAP).

Este apoio incluiu as seguintes ações (fonte IFAP):

- Ação de apoio à manutenção de lameiros de alto valor natural;

Quadro 8 - Montantes Manutenção de Lameiros de alto valor natural

Área de Lameiros elegível Regadio (ha)	Montantes (€/ha)	Área de Lameiros elegível Sequeiro	Montantes (€/ha)
≥ 0,30 e < 2,5	180	≥ 0,30 e < 10	90
≥ 2,5 e < 5	90	≥ 10 e < 50	65
≥ 5	45	≥ 50 e < 100	35
		≥ 100 e < 250	12,5

*Adaptado: IFAP (PU 2014)*

- Ação de apoio à manutenção de espaços agroflorestais não arborizados através de pastoreio extensivo por pequenos ruminantes, O valor unitário a atribuir nesta ação foi de 25 euros/ha (fonte IFAP);
- Ação de apoio à manutenção do sistema agro-silvo-pastoril de montado de azinho ou carvalho negral.

Quadro 9 - Montantes manutenção do sistema agro-silvo-pastoril de montado de azinho ou carvalho negral

Área de Montado de Azinho ou Carvalho Negral (ha)	Montantes (€/ha)	
	Animais em Pastoreio	Porco em regime de montanha com animais em pastoreio
≥ 1 e < 10	60	15
≥ 10 e < 50	40	10
≥ 50 e < 300	20	5

*Adaptado: IFAP (PU 2014)*

### **5.2.3 - Modos de Produção (*Produção Biológica e Produção Integrada*)**

Puderam beneficiar desta ajuda, os agricultores, que mediante a certificação de um organismo certificador, cumprissem os requisitos e especificações para os modos de produção, Produção Biológica e Produção Integrada.

Os pagamentos foram diferenciados por culturas e se as mesmas eram ou não irrigadas.

### **5.2.4 - Proteção da Biodiversidade Doméstica – Raças Autóctones**

Puderam beneficiar deste apoio os produtores pecuários, que fossem criadores de raças autóctones ameaçadas de extinção. Os mesmos deveriam ser detentores de um efetivo pecuário constituído por fêmeas reprodutoras exploradas em linha pura e, ou por machos reprodutores, inscritos no Livro Genealógico ou Registo Zootécnico, das raças autóctones.

O apoio foi concedido por cabeça normal (CN (Bovino/Equídeo adulto +2 anos, 1 CN; Porca Reprodutora +50kg, 0.5 CN; Porco macho reprodutor +30kg, 0.3 CN; Ovinos e Caprinos, 0.15CN)) e mediante o risco de extinção da raça em causa (Rara 200€/CN; Muito Ameaçada 170€/CN; Ameaçada 110/CN; Em Risco 90€ CN).

### **5.2.5 - Florestação de Terras Agrícolas**

Apoio concedido a pessoas singulares ou coletivas que fossem titulares de projetos de Florestação de Terras Agrícolas ou Florestação de Terras Agrícolas Abandonadas, apresentados no âmbito da Sub-Ação 2.3.2.2 do PRODER, com direito a Prémio de manutenção (PM) ou Prémio por perda de rendimento (PPR) nos termos do Contrato de Financiamento celebrado com o IFAP.

O prémio de manutenção, por hectare arborizado, variou entre 160 e 100 euros/ha/ano para espécies folhosas e resinosas respetivamente, sendo concedido durante 5 anos.

Quadro 10 - Montantes Florestação PM

Tipo de Povoamento	Prémio (€/ha/ano)
Folhosas	160
Resinosas	100

*Adaptado: Manual Técnico Ajudas, IFAP (2011)*

O prémio por perda de rendimento por hectare arborizado, teve um valor máximo de 250 ou 125 euros/ha/ano, dependendo do tipo de beneficiário, para os primeiros 5ha, sendo o valor unitário do PPR degressivo à medida que aumentava a dimensão do projeto.

Quadro 11 - Montantes Florestação PPR

Classes de superfície cumulativas	Agricultores (€/ha/ano)	Outros beneficiários (€/ha/ano)
Primeiros 5ha	250	125
Entre 5ha e 25ha	200	100
Entre 25ha e 50ha	150	75
Mais de 50ha	100	50

*Adaptado: Manual Técnico Ajudas, IFAP (2011)*

### **5.2.6 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – MAZD's**

Puderam beneficiar deste, pessoas singulares ou coletivas, de natureza privada, detentores a qualquer título legítimo, de uma exploração agrícola, onde se exercesse a atividade de produção primária de produtos agrícolas, e que reunissem as condições de elegibilidade exigidas.

Para efeitos de pagamento eram consideradas as áreas de Superfície Agrícola útil (SAU) elegíveis em Zona Desfavorecidas até ao limite de 150ha, de acordo com os

montantes referenciados abaixo (Ajudas ao Desenvolvimento Rural, MAMAQ, IFAP 2012).

Quadro 12 - Montantes MAZD's

Área Elegível	Zonas fora da Rede Natura 2000		Zonas em Rede Natura 2000			
	Zonas de Montanha	Restantes zonas	Zonas de montanha		Restantes zonas	
			Com ITI	Sem ITI	Com ITI	Sem ITI
≤ 3ha	320 (€/ha)	160 (€/ha)	320 (€/ha)	350 (€/ha)	160 (€/ha)	175 (€/ha)
> 3ha e ≤ 7,5ha	150 (€/ha)	75 (€/ha)	150 (€/ha)	165 (€/ha)	75 (€/ha)	83 (€/ha)
> 7,5ha e ≤ 30ha	70 (€/ha)	35 (€/ha)	70 (€/ha)	77 (€/ha)	35 (€/ha)	40 (€/ha)
> 30ha e ≤ 150ha	20 (€/ha)	10 (€/ha)	20 (€/ha)	22 (€/ha)	10 (€/ha)	11 (€/ha)

Adaptado: Ajudas ao Desenvolvimento Rural, IFAP (2012)

### 5.2.7 - Intervenções Territoriais Integradas – ITI's

Considerando a importância da natureza dos apoios previstos na medida em causa, «Intervenções territoriais integradas» (ITI), a mesma incluía um conjunto de atuações de natureza agroambiental, silvo-ambiental e investimentos não-produtivos, abrangendo um conjunto de territórios específicos, todos eles integrados na Rede Natura (Ajudas ao Desenvolvimento Rural, MAMAQ, IFAP 2012).

Contudo tendo em conta a incidência do estudo ir-se-á apenas abordar a ITI de Montesinho Nogueira com especial realce na Conservação dos Soutos Notáveis da Terra Fria.

Manual Técnico das ajudas, MAMAQ/IFAP (2012; p.57)

*“Conservação dos Soutos Notáveis da Terra Fria - Áreas de castanheiros com um mínimo de 5 árvores de castanea sativa ou com pelo menos 0,5ha em pomos com um mínimo de 25 castanheiros/ ha, desde que os castanheiros tenham pelo menos 60 anos de idade.”*

Quadro 13 - Montantes Soutos Notáveis

Conservação dos soutos Notáveis da Terra Fria	Área de soutos notáveis ou árvores isoladas na relação 1 árvore - 400m <sup>2</sup>	até 2ha	600 (€/ha)
		> 2 até 5ha	450 (€/ha)
		> 5ha	250 (€/ha)

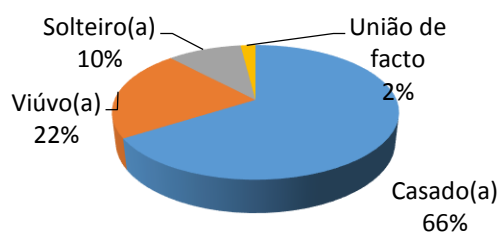
Adaptado: Ajudas ao Desenvolvimento Rural, IFAP (2012)

## 6 - Resultados da inquirição aos 50 agricultores do concelho de Vinhais e contextualização na NUT III Alto Trás-os-Montes

### 6.1 - Perfil do Inquirido

No que concerne à situação familiar dos agricultores inquiridos/entrevistados, segundo os resultados obtidos, verificou-se que 66% dos mesmos se encontravam casados (as), 22% viúvos (as), 10% Solteiros (as) e 2% em união de facto.

Figura 6 - Situação familiar dos (as) inquiridos (as)



De um modo geral, tendo em conta uma caracterização genérica dos ativos agrícolas em Trás-os-Montes, a maior expressão de agricultores, situa-se na faixa dos 65 anos (NOBRE, 2009 pag.8).

O RA 2009, corrobora também esses dados, assim como o estudo realizado, onde a média de idade dos agricultores inquiridos/entrevistados se situa nos 65,8 anos, tendo o mais novo 33 anos e o mais velho 94.

De facto, a representatividade deste grupo parece crescer nas freguesias mais isoladas e distantes da sede de concelho.

No que concerne ao sexo<sup>6</sup> dos inquiridos/entrevistados, esse aspeto não foi tido em conta.

---

<sup>6</sup> - não foi tido em conta uma vez que, nem sempre o titular agrícola era de fato o agricultor.

O ano em que foram realizados os inquéritos/entrevistas, 2014, coincidiu com a obrigatoriedade da fiscalidade agrícola, o que originou algumas, para não dizer muitas, trocas de titularidade das explorações agrícolas a nível de IFAP.

## 6.2 - Mão-de-obra na Exploração Agrícola

Segundo a inquirição, a maioria dos inquiridos/entrevistados (98%), tem alguma forma de ajuda na sua exploração.

Esta ajuda tende a ser, maioritariamente, ocasional e não remunerada, segundo os dados do estudo.

Figura 7 - Ajuda na Exploração Agrícola

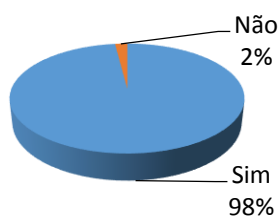


Figura 8 - Periodicidade da Ajuda agrícola

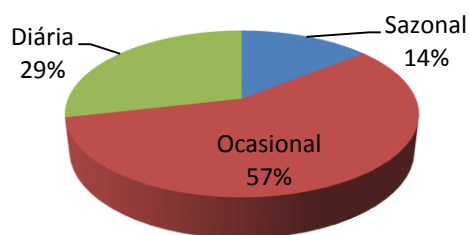
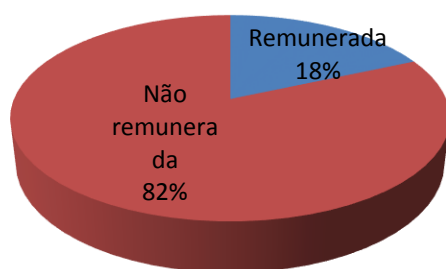


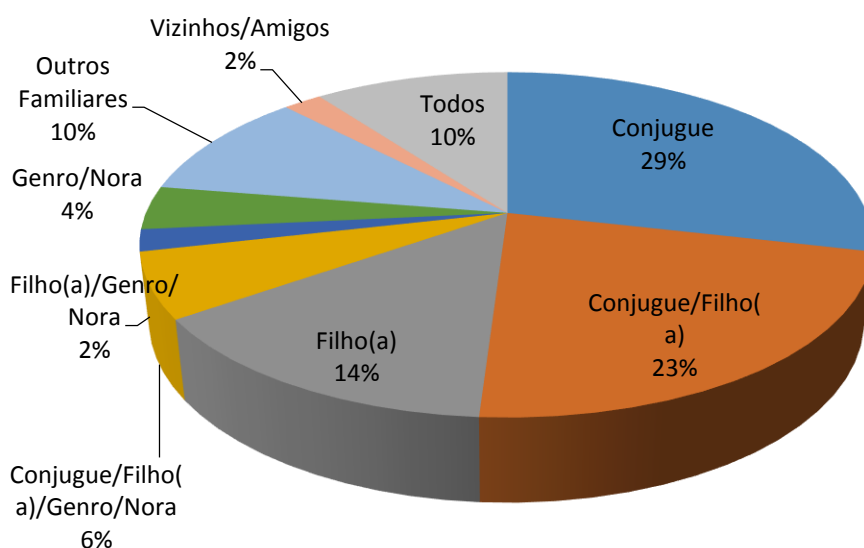
Figura 9 - Forma da Ajuda agrícola



Segundo NOBRE (2009, pág.47), em meios rurais, *“na agricultura, onde coincidem a unidade de vivência quotidiana familiar e a unidade base da atividade profissional é particularmente importante a análise do agregado doméstico, e não do indivíduo, como unidade base de estudo.”*

Supostamente poder-se-ia pensar que, no que concerne à periodicidade da ajuda, esta tenderia para ser maioritariamente diária, tendo em conta a média de idades dos agricultores inquiridos. Contudo tal não se verifica devido, segundo NOVAIS (1993) e NOBRE (2009), há existência de uma tendência para uma, “retração”, da produção agrícola, com a diminuição do agregado familiar, resultante da saída dos filhos da esfera do trabalho da agricultura, o que *per se*, origina desde logo uma diminuição na mão-de-obra familiar disponível.

Figura 10 - Mão-de-obra na Exploração Agrícola



Pela figura 10<sup>7</sup> denota-se que a grande maioria da mão-de-obra, neste estudo resulta da ação direta do próprio, do **conjugue** (29%) ou da consociação do **conjugue e filho(a)** (23%) enquanto agregado familiar sobre o mesmo teto. Seguido do auxílio do **filho(a)** (14%) enquanto trabalhador dependente/independente noutras atividades, podendo neste caso verificar-se a coexistência sobre o mesmo teto.

“**Outros familiares**” e “**todos**” situam-se ambos em quarto lugar com 10% dos casos, resultante, essencialmente, dos territórios de baixa densidade populacional onde

<sup>7</sup> - De salientar que a extrema divisão nas formas de mão-de-obra foi propositada de modo a diferenciar as mesmas ao pormenor.

a amostra foi retirada, onde o espírito de entreatajuda, vulgarmente conhecido como “torna jeira” perdura por necessidade da escassez de mão-de-obra.

Os restantes casos, embora residuais, quando relacionados com familiares diretos conjuntamente com os dados do **filho(a)**, prendem-se essencialmente com a rentabilidade agrícola em si, assim como o fato de quererem dar continuidade à exploração familiar.

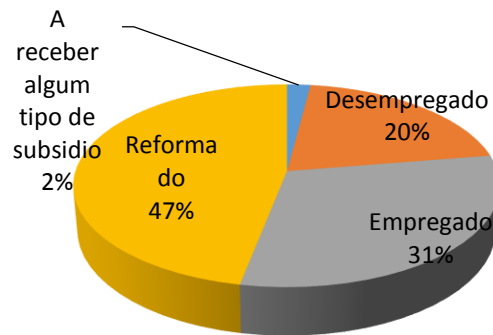
Segundo vários autores, (NOBRE (2001); NOBRE, BAPTISTA e PORTELA (2003); NOBRE (2009)), os conceitos de família, património e relações intergeracionais, tornam-se particularmente importantes na análise de estruturas familiares agrárias.

Mesmo para os já desligados das produções agrícolas, exercendo distintas atividades profissionais, as ligações simbólicas e afetivas à terra que virão a herdar, existem. Muitas vezes consolidados por interesses de rendimento e de consumo de produtos da terra.

Desde modo, compreende-se que grande parte da mão-de-obra, tenha a sua origem no seio familiar.

Ainda segundo NOBRE (2009), contributos fortuitos em trabalho por parte dos descendentes dos proprietários idosos conseguirão determinar poupanças no pagamento do trabalho assalariado, precavendo reduções no rendimento tão significativas. As ajudas na exploração por parte de filhos e netos, hoje circunstanciais e esporádicas, crescerão previsivelmente com a diminuição das capacidades físicas dos proprietários. A reconstituição dos dias de trabalho dos idosos agricultores permitiu ainda constatar que as tarefas executadas compõem um modo de vida que apreciam, uma ocupação do tempo, que justifica também o prolongamento da sua permanência na agricultura, como podemos constatar na figura 11.

Figura 11 - Fontes de Rendimento dos Proprietários Agrícolas



47% da fonte de rendimentos dos “agricultores” provêm da reforma<sup>8</sup>, 31% de empregos por conta de outrem e/ou própria, 20%<sup>9</sup> encontram-se desempregados e/ou à procura do primeiro emprego e 2%<sup>10</sup> a receber algum tipo de subsidio.

Embora não apresente uma expressão elevada, este parâmetro tem de ser devidamente evidenciado. Em conversa com os inquiridos, aquando da entrevista, verificamos que estes 18% da mão-de-obra assalariada se prendem maioritariamente com mobilizações do solo (escarificações), limpeza do sob coberto (destroçar), podas, enxertias e apanhas de castanha. A maior parte dos casos recorrem a estes serviços, não por não terem a maquinaria e/ou conhecimento para o fazer, mas sim pelo simples fato de já não se sentirem confiantes para o fazerem em segurança e/ou sozinhos.

NOBRE (2009), no se estudo reforça que os contributos em trabalho por parte dos proprietários, pela sua idade, se perspetivam cada vez menos significativos, sendo expectável que, a prazo, venham a ser substituídos por mão-de-obra assalariada. Quando essa substituição se realizar na íntegra, as estimativas do estudo de NOBRE (2009), permitiram determinar para o caso dos soutos, que se possa vir a verificar uma redução no rendimento em proporções até 40%. Essas reduções são atenuadas do orçamento através das ajudas ao rendimento resultantes da PAC, pois no decorrer da

<sup>8</sup> - após aposentadoria regressam às origens e “pegam” nos terrenos herdados

<sup>9</sup> - não recebendo qualquer tipo de ajuda monetária

<sup>10</sup> - Desemprego e/ou RSI

entrevista constatamos que esses fundos são utilizados para esses fins quando necessário “...os subsídios dão para tratar deles (castanheiros)...”.

### 6.3 - Atividade, Rendimentos e Subsídios da PAC

Correlacionar os parâmetros acima mencionados (atividade, rendimentos e subsídios da PAC) tendo em conta as alterações decorrentes do art.º 198.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado (O.E.) para 2013, onde foram estabelecidas novas regras para os contribuintes que, até aqui, estavam dispensados da obrigação da liquidação do IVA nas transmissões de bens e prestações de serviços no âmbito das atividades agrícolas, silvícolas ou pecuárias, tornou a recolha de dados, aquando da entrevista, um pouco complicada. Embora fosse explicado aos entrevistados o objetivo desta recolha de informação, os inquiridos mostraram-se renitentes em facultar os dados, e posteriormente verificamos que nalguns casos declararam ter recebido menos do que realmente receberam de subsídios oriundos da PAC.

Segundo apuramentos do IFAP, no ano de 2014, foram pagos cerca de 4898,23 milhares de euros, a agricultores, cuja exploração se localizava no concelho de Vinhais, podendo os mesmos residirem, ou não, no concelho.

O referido montante foi, segundo IFAP, distribuído por 1864 agricultores, dos 1875 candidatos.

Quadro 14 - Dados candidaturas NUT II – NORTE, Ano 2014 (Produtores Inscritos, Áreas Declaradas, Áreas por Produtores)

NUTS III	Concelho	Produtores Inscritos (n.º)	Áreas Declaradas (ha)	Área por produtor (ha)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	1.875	18.234	9,7

*Adaptado: IFAP - GPE (Dados 2014)*

De modo a melhor entendermos as dinâmicas dos agricultores, cujas explorações agrícolas, pertencem ao concelho de Vinhais, expomos abaixo os pagamentos realizados aos mesmos no âmbito da PAC, de modo a mais tarde, neste estudo, as poder relacionar o objeto de estudo.

Embora, como podemos verificar nas ajudas à PAC mencionadas no estudo, exista um vasto conjunto de medidas a que se podem candidatar, o que verificamos (nas entrevistas) é muitas vezes são muito receosos no que às candidaturas mais vantajosas, financeiramente, diz respeito, pelo fato, de não apreciarem ter de cumprir os compromissos plurianuais que impliquem um certo grau de exigência a nível de condicionalidade exigida pela PAC.

### 6.3.1 - Regime de Pagamento Único

Para efeitos estatísticos convém realçar que dos 1875 agricultores que fizeram a sua candidatura ao pedido único de 2014, 1086 dos mesmos, apresentavam direitos de RPU.

Quadro 15 - Regime de Pagamento Único, Nº de Beneficiários, Nº de direitos, Montante pago;

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Direitos Pagos (n.º)	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	1.086	8.642	1.825

*Adaptado: IFAP – GPE (Dados 2014)*

Tal fato remete-nos para a existência de agricultores com histórico de regimes de pagamentos desligados da produção, assim como para jovens agricultores que se candidataram à reserva nacional e certamente um pequeno número de direitos comprados, normalmente por falta de área útil para a sua aplicação, onde os vendedores não conseguiram suficiente área agrícola útil para a ativação dos mesmos, tendo contudo em conta a valia dos mesmos no mercado corrente de venda de direitos, a aquisição dos mesmos por compra é irrisória.

A importância da obtenção destes direitos, como uma fonte de rendimento extra, no que aos subsídios da PAC diz respeito, é facilmente perceptível pelo montante pago pelos mesmos.

A nível da sua utilização por grupo cultural, segundo o IFAP e o GPE (Gabinete de Planeamento Estratégico), a grande maioria da ativação destes direitos recaem nas “*Outras Utilizações*” que nos remetem para áreas de vinha e outras culturas permanentes onde se enquadra o castanheiro e que tendo em consideração as preferências culturais da área em estudo, poderemos extrapolar que a grande maioria da sua utilização será mesmo em áreas de souto.

Quadro 16 - PU 2014, Regime Pagamento Único - Área por Grupo Cultura

NUTS III	Concelho	Regadio/ Sequeiro	Produtores Inscritos (n.º)	Área Declarada (ha)										
				Trigo Mole	Trigo Duro	Centeio	Cevada	Aveia para grão	Milho	Sorgo	Triticale	Milho silagem	Outros	Total
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	Regadio	674	0	0	0	1	0	5	0	0	0	0	6
		Sequeiro		126	0	696	2	193	137	14	5	2	0	1.176
		Subtotal		126	0	696	3	193	142	14	5	2	0	1.182

*Adaptado: Dados Declarativos; IFAP (2014)*

Quadro 17 - PU 2014, Regime Pagamento Único - Área de Cereais

NUTS III	Concelho	Regadio/ Sequeiro	Produtores Inscritos (n.º)	Área Declarada (ha)							Total
				Cereais	Oleaginosas	Proteaginosas	Arroz	Olival	Superfície Forrageira	Outras utilizações	
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	Regadio	1.099	6	0	0	0	1	501	106	614
		Sequeiro		1.176	0	1	0	432	3.261	7.398	12.268
		Subtotal		1.182	0	1	0	433	3.762	7.504	12.882

*Adaptado: Dados Declarativos; IFAP (2014)*

### 6.3.2 - Modo de Produção Integrada

Embora não consigamos identificar qual a espécie objeto do modo de produção, podendo a mesma ser vegetal, (facilmente castanheiro) ou animal, verificamos a fraca adesão ao modo de produção em causa, com uma representação inferior a 3 produtores no concelho de Vinhais, o que a nível financeiro, a nível de IFAP, não nos permite verificar o montante financeiro a que tiveram direito.

De salientar que na amostragem do estudo, um produtor de castanha, apresentava este modo de produção nos seus castanheiros, pertencendo à freguesia da Moimenta.

Quadro 18 - Alteração dos Modos de Produção Agrícola - C01 - Modo de Produção Integrada, Nº de Produtores ano 2014;

NUTS III	Concelho	Produtores Inscritos (n.º)	Área (ha)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	≤ 3	11

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

### 6.3.3 - Modo de Produção Biológico

No que concerne ao Modo de Produção Biológico (MPB), verifica-se uma maior, embora ténue, adesão à medida em causa. Embora nenhum dos inquiridos apresentasse este modo de produção, sabemos, devido à experiência laboral, que grande parte destas candidaturas ao MPB, no concelho em causa, está vocacionada para a área animal, pois no peso em carcaça, os animais criados em MPB, apresentam uma majoração face aos restantes, não significativa, mas mesmo assim compensatória.

Quadro 19 - Alteração dos Modos de Produção Agrícola - C02 - Modo de Produção Biológico, Nº de Produtores ano 2014;

NUTS III	Concelho	Produtores Inscritos (n.º)	Área (ha)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	12	117

*Adaptado: IFAP - GPE (2014)*

Quadro 20 - Alteração dos Modos de Produção Agrícola - C02 - Modo de Produção Biológico, Montantes pagos 2014

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Área de compromisso ou CN pagas	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	8	93	25

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

Contudo, segundo dados do IFAP, apenas 8 das 12 candidaturas ao MPB foram pagas. A restrição de pagamento das medidas por parte do IFAP devesse vulgarmente a incoerências e inconformidades verificadas na exploração e que divergem das exigências das medidas em causa. Vulgarmente estas incoerências e inconformidades, dão origem a devoluções de verbas.

#### 6.3.4 - Proteção da Biodiversidade Doméstica - Raças Autóctones

Em 2014, segundo o IFAP, registaram-se 56 candidaturas às Raças Autóctones no concelho de Vinhais, as quais totalizavam 666 CN's.

Quadro 21 - Proteção da Biodiversidade Doméstica - C03 - Raças Autóctones, Nº de Beneficiários Pagos, Nº de CN's pagas, Montante Pago;

NUTS III	Concelho	Produtores Inscritos (n.º)	Animais (CN's)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	56	666

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

Destas, apenas 46 candidaturas foram aprovadas.

Quadro 22 - - Proteção da Biodiversidade Doméstica - C03 - Raças Autóctones, Nº de Produtores, Nº de CN's candidatas;

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Área de compromisso ou CN pagas	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	46	598	60

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

### 6.3.5 - Intervenção Territorial Integrada de Montesinho Nogueira

Embora aquando da introdução, apenas tenha sido abordado a Conservação dos Soutos notáveis da Terra Fria, principal foco de interesse do estudo, a verdade é que os dados IFAP, 2014, não nos permitem obter o número de candidaturas a esta medida. Apenas nos facultam os dados referentes às candidaturas a todas as componentes Agroambientais da ITI em causa (Conservação da Estrutura Ecológica de Base, Manutenção da rotação de sequeiro cereal-pousio, Manutenção de Pastagens Permanentes com Alto Valor Natural, Conservação dos Soutos notáveis da Terra Fria). Onde se verificaram 322 candidaturas.

Quadro 23 - Medidas Agroambientais Montesinho Nogueira - Unidades de Produção Agroambientais, Nº de Produtores;

NUTS III	Concelho	Produtores Inscritos (n.º)	Área (ha)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	322	2.644

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

A esta ITI soma-se também as candidaturas Silvo-Ambientais e Baldios Silvo-ambientais, que totalizaram, segundo dados IFAP, 344 candidaturas, das quais apenas 297 foram validadas.

Quadro 24 - Medidas Agroambientais e Silvo-Ambientais Montesinho Nogueira, Nº de Beneficiários Pagos, Área/CN pagas, Montante Pago;

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Área de compromisso ou CN pagas	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	297	3.162	467

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

Apesar dos dados fornecidos pelo IFAP, no que concerne ao ano 2014, não nos permitam verificar o número de candidaturas feitas no âmbito da Conservação dos Soutos Notáveis da Terra fria, os dados de 2015 permitem-nos fazer essa discriminação, que para efeitos de discussão de resultados terá uma peculiar relevância.

Assim sendo, no ano de 2015, segundo o IFAP, verificaram-se 115 candidaturas no que à Conservação dos Soutos Notáveis da Terra Fria diz respeito, totalizando uma área de 180 ha.

Quadro 25 - Apoios Zonas De Carácter Agroambiental - Conservação Dos Soutos Notáveis - Az Montesinho/Nogueira - Dados Declarativos PU 2015; (fonte IFAP)

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Área paga (ha)ou Animais pagos (CN)	Montante Pago (€)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	87	120	62.789

*Adaptado: IFAP – GPE (2015)*

No entanto, das 115 candidaturas, apenas 87 das mesmas deram lugar a pagamento.

Ou seja, apenas, 75,7% dos casos foram considerados válidos.

De salientar, o que causou um certo desânimo no estudo em causa, nenhum dos 50 entrevistados, tinha, ou pretendia, candidatar-se a esta ajuda. Do total de entrevistados, apenas 8%, ou seja, quatro entrevistados, já se tinham candidatado à medida em causa, com promessas de incrementos significativos no montante de subsídios a receber, e que depois de controlados, os mesmos, por não cumprir a condicionalidade específica da medida em causa, tiveram de repor quantias avultadas. Tal situação remeter-nos-á para uma série de questões aquando da discussão.

### **6.3.6 - Património Oleícola, Pagamentos Complementares - Azeite e Azeitona**

O olival no concelho de Vinhais, não se apresenta como uma cultura dominante e, ou como uma cultura rentável, a nível de venda de azeite, contudo, como a monocultura não é uma realidade vulgar no concelho em causa, verificam-se algumas manchas de olival pelo mesmo. Segundo NOBRE (2009), estas extensões de olival, significam sobretudo, ter azeite para autoconsumo familiar, onde por vezes o volume das produções permite ainda a venda, mas o preço nem sempre é compensador e também não é certo que se consiga escoar a produção. As necessidades em mão-de-

obra, sobretudo na colheita, são grandes e podem, neste contexto, constituir um problema.

Mesmo assim ainda se verificaram 131 candidaturas ao Património Oleícola e 10 aos pagamentos complementares de Azeite. Sendo que das 131 candidaturas ao Património Oleícola, apenas foram consideradas 125 a pagamento, pela falta de densidade de árvores por hectare ou pela falta de rácio de oliveiras com mais de trinta anos.

Quadro 26 - Candidaturas PU 2014 Património Oleícola;

NUTS III	Concelho	Produtores (n.º)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	131

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

As referidas candidaturas, 125, representam 115 ha, de olival que cumpre os requisitos do património oleícola.

Quadro 27 - Património Oleícola, Beneficiários Pagos, Quantidade Paga, Montante (PU2014);

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Quantidade Paga (n.º de animais)	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	125	115	9

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

Relativamente aos pagamentos complementares do azeite, todas as candidaturas foram consideradas válidas.

Quadro 28 - Pagamentos Complementares Azeite, Beneficiários Pagos, Quantidade Paga, Montante (PU2014);

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Quantidade Paga (ha)	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	10	6,5	0,85

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

Salienta-se, no entanto, que as únicas exigências desta medida, seriam entregar, mediante comprovativo, as azeitonas num lagar certificado. Contudo, tal fato permite-nos constatar que a maior parte de produção de azeitona/azeite se manufatura em

lagares privados, ou seja, lagares “não certificados”, corroborando os dados de NOBRE (2009), que indicam que a maior parte, do azeite, é para autoconsumo na exploração e de familiares.

### 6.3.7 - Prémios Animais – Pagamentos Diretos, Raças Autóctones, Prémios Complementares

Segundo NOBRE (2009), a produção pecuária em Trás-os-Montes, revela ser uma importante fonte de rendimento e liquidez nas explorações, sobretudo na venda de animais jovens e em casos de produtores que ainda não são reformados e cuja venda incrementa os rendimentos.

Ainda segundo a mesma autora, referindo-se a bovinos:

*“Note-se também que, para além do dinheiro da venda dos vitelos, é considerado relativamente importante o montante relativo aos subsídios associados aos animais de raça mirandesa.”* NOBRE (2009, pág. 138).

Porém, e como poderemos constatar segundo dados IFAP, verificamos um contraciclo no que às raças autóctones diz respeito, onde as condições criadas pelo livro genealógico e fundador da raça dificultam o acesso e onde o investimento, a maioria das vezes, não compensa o preço em carcaça obtido pelo animal.

A nível de vacas aleitantes, ou seja, propensas à produção de carne, em 2014, segundo dados IFAP, foram consideradas válidas, no concelho de Vinhais, 217 candidaturas que representam 1367 bovinos fêmeas.

Quadro 29 - Candidaturas/Prémios Vacas Aleitantes PU 2014, Beneficiários Pagos, Animais Pagos, Montante

NUTS III	Concelho		Beneficiários Pagos (n.º)	Quantidade Paga (n.º de animais)	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	Prémio á Vaca em Aleitamento	217	1.367	221
		Prémio Complementar (parte comunitária)			27
		Prémio Complementar (parte nacional)			7

Adaptado: IFAP – GPE (2014)

No entanto, a nível de candidaturas, propriamente ditas, foram realizadas 220, compreendendo, 1648 bovinas fêmeas.

Quadro 30 - Dados Candidaturas PU 2014 Candidaturas, Vacas Aleitantes

NUTS III	Concelho	Produtores Inscritos (n.º)	Animais Declarados (n.º)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	220	1.648

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

No que concerne a ovinos e caprinos, consideraram-se válidas 201 candidaturas, totalizando 15.318 fêmeas, 13.845 ovelhas e 1.473 cabras.

Quadro 31 - Candidaturas/Prémios Ovinos e Caprinos PU 2014, Beneficiários Pagos, Animais Pagos, Montante

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Animais Pagos (n.º)				Montante Pago (milhares €)	
			Ovelhas Carne	Ovelhas Leite	Cabras	Total		
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	Prémio Base	201	13.845	0	1.473	15.318	212
		Prémio Complementar	201	13.845	0	1.473	15.318	71

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

Contudo, também nos ovinos e caprinos, não foram consideradas válidas todas as candidaturas, por não cumprirem os critérios de elegibilidade, ficando fora dos pagamentos 18 candidaturas, o que representam 1449 fêmeas.

Quadro 32 - Dados Candidaturas PU 2014 Candidaturas, Vacas Aleitantes

NUTS III	Concelho	Produtores Inscritos (n.º)	Animais Declarados (n.º)			
			Carne	Ovelhas Leite	Cabras	Total
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	219	15.160	0	1.607	16.767

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

Fazendo o concelho de Vinhais, parte do solar da Raça Mirandesa, seria de esperar uma forte predominância destes animais nas explorações, assim como a sua respetiva candidatura às Raças Autóctones.

Um aparte, preocupa-me, “uma certa falta de acompanhamento” por parte dos gestores da raça, no que concerne ao património genético da raça mirandesa, uma vez que o que se observa, é os produtores a levar os seus melhores animais para abate, de

modo a terem mais peso em carcaça, e a ficarem com animais “menos aptos” na exploração para posterior reprodução, o que a nível genético da raça é péssimo. Embora não sejam todos os produtores, são um número considerável.

De facto, uma grande parte dos animais são, efetivamente de raça mirandesa ou cruzados das mesmas, NOBRE (2009), contudo a nível de candidatura às raças, segundo dados IFAP referentes a 2014, não verificamos nenhuma candidatura no concelho de Vinhais, aliás, apenas se verificaram candidaturas a Raças Autóctones a bovinos, no concelho de Cabeceiras de Baixo. Já no que concerne a Raças Autóctones de Ovinos e Caprinos, no concelho de Vinhais, também segundo dados IFAP, verificaram-se menos de 3 candidaturas.

Referente aos restantes pagamentos complementares, as candidaturas são residuais, salientar apenas os prémios complementares à comercialização de bovinos, que das 29 candidaturas realizadas, 28 foram consideradas válidas, o que implica que 178 animais beneficiaram da referida medida, contudo todos criados em modo tradicional e nenhum em modo de produção biológico.

Quadro 33 - Pagamentos Complementares, Pagamento Comercialização de Bovinos

NUTS III	Concelho	Tradicional			Biológica		
		Beneficiários Pagos (n.º)	Quantidade Paga (n.º animais)	Montante Pago (milhares €)	Beneficiários Pagos (n.º)	Quantidade Paga (n.º animais)	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	28	178	3,82	0	0	0

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

### **6.3.8 - Pagamentos Complementares Medidas Agroambientais Apoio Pastoreio Extensivo**

NOBRE (2009), referiu no seu estudo que tradicionalmente, a utilização dos lameiros na Terra Fria, onde o concelho de Vinhais se insere, é feita por pastoreio direto, bem como por via do corte e fenação, o que permite a produção feno, forragem conservada. Relativamente aos lameiros, existem na grande totalidade das explorações agrícolas inquiridas e são utilizados por todos os inquiridos, quer direta, pastoreio e

fenação, e até mesmo indireta, para a ativação de direitos de RPU, os quais para a sua ativação e elegibilidade não requerem a necessidade obrigatória de pastoreio.

De fato a utilização de lameiros, continua, nos dias de hoje, a ser uma importante fonte de rendimento, não apenas a nível de alimentação animal, venda de forragens e inclusive aluguer de terra, mas também a nível de fundos da PAC. Tal pode constatar-se nos dados facultados pelo IFAP, onde em 2014, se verificaram 106 candidaturas aos lameiros de alto valor natural, onde 103 foram consideradas válidas, totalizando uma área de cerca de 306 ha, representando uma obtenção, a nível de fundos comunitários, de 26,54 milhares de euros.

Quadro 34 - Pagamentos Complementares, Lameiros de alto valor natural 2014 (Beneficiários Pagos, Quantidade Paga, Montantes)

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Quantidade Paga (ha)	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	103	305,95	26,54

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

### 6.3.9 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas – MAZD's

As MAZD's representam a ajuda base a que todos os agricultores se podem candidatar, desde que apresentem pelo menos 1 ha de SAU. Dai a mesma, ser a que apresenta o maior número de candidaturas assim como a maior fonte de fundos atribuídos.

Das 1.875 candidaturas, foram consideradas válidas 1.864, que segundo dados IFAP 2014, representaram 16.612 ha pagos (2.480 mil euros).

Quadro 35 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zona Desfavorecida, Zonas Fora da Rede Natura 2000 Zonas Montanha - Dados De Pagamentos PU 2014

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Superfície Paga (ha)	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	900	7.001	1.114

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

Quadro 36 - Manutenção da Atividade Agrícola em Zona Desfavorecida, Zonas Dentro da Rede Natura 2000 Zonas Montanha - Com ITI - Dados De Pagamentos PU 2014

NUTS III	Concelho	Beneficiários Pagos (n.º)	Superfície Paga (ha)	Montante Pago (milhares €)
Alto Trás-os-Montes	Vinhais	964	9.611	1.366

*Adaptado: IFAP – GPE (2014)*

## **7- Relação Atividade/Atividade Agricultura e Subsídios no Âmbito da PAC**

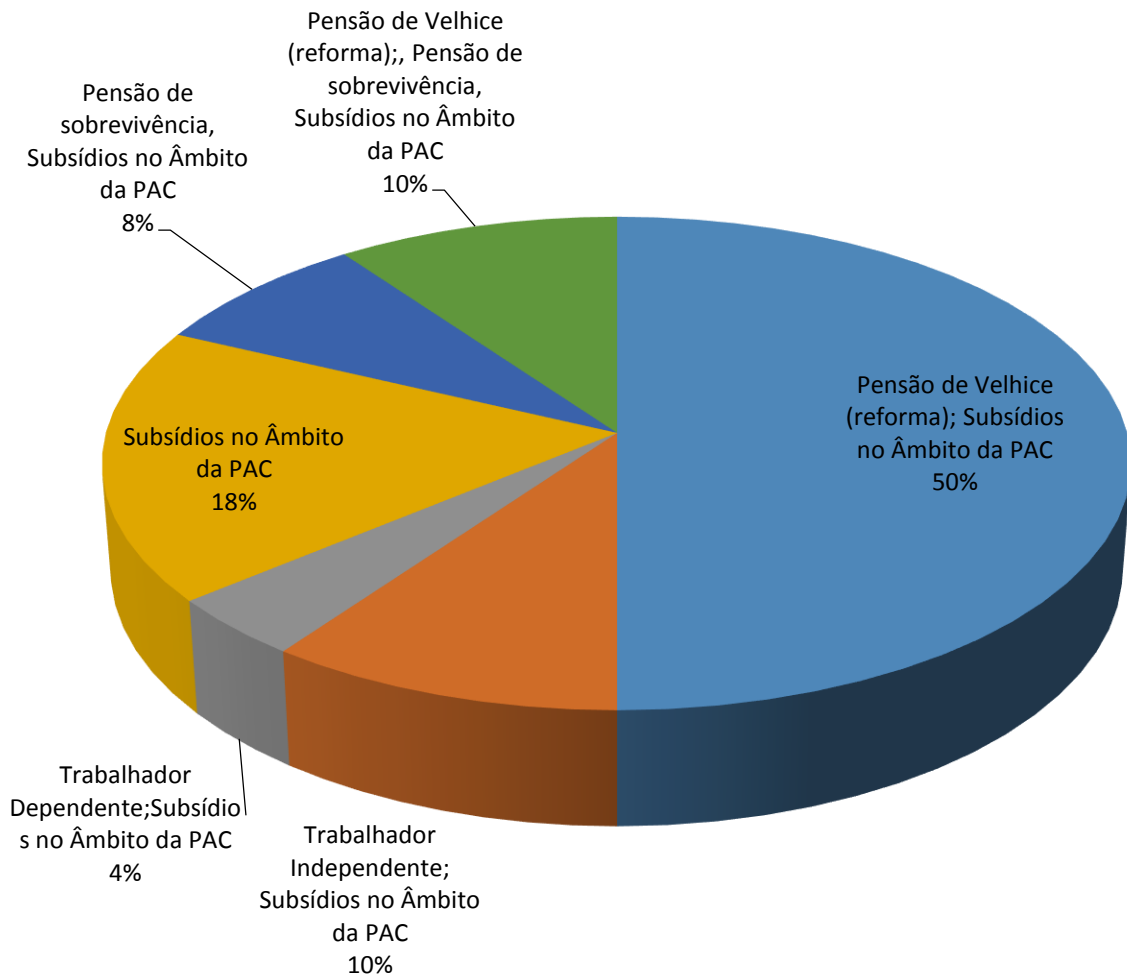
Como já referido, a população do concelho em estudo encontra-se bastante envelhecida, pelo que não nos surpreendeu o facto de a maior parte dos agricultores inquiridos serem reformados, ou estarem a receber algum tipo de pensão de sobrevivência e, inclusive em alguns casos, ambas.

NOBRE (2009), centrou o seu estudo nos idosos e na sua atividade, uma vez que eles os responsáveis pela maioria da atividade agrícola e correspondente sustentação dos territórios de todo o interior de Portugal. Ainda no mesmo estudo, NOBRE, citando FRAGATA e PORTELA (2000) reforça que estes idosos ou grupo de ativos agrícolas de 65 anos ou mais, para além da expressão numérica na totalidade dos produtores na região, tinham ainda peso económico e social, ocupando um quarto da área agrícola e cerca de 30% da área florestal.

Sendo maioritariamente pequenos produtores, com agregados domésticos de duas a três pessoas, essencialmente produtores a tempo parcial, utilizando sobretudo mão-de-obra familiar, embora o recurso a mão-de-obra assalariada fosse também assinalável, o que também já constatámos neste trabalho.

NOBRE (2009) vai ao encontro do estudo de BAPTISTA (2001) corroborando os dados, quando menciona que a articulação à volta de sectores de atividade exteriores à agricultura, onde se ocupam parcialmente as famílias, aí obtendo parte importante do seu rendimento. Apesar de cada vez mais distantes do eixo central da atividade agrícola, têm um papel importante na coesão económica e social dos territórios

Figura 12 - Atividade e Subsídios Agrícolas



De uma forma geral, 68% dos inquiridos, não se encontram a exercer uma atividade, quer dependente ou independente face ao sector profissional (exceto agrícola), se bem que não podemos generalizar estes 68% como reformados, uma vez que existem 8% referentes a pensões de sobrevivência, onde encontramos casos de indivíduos que ainda não apresentam a idade mínima de reforma. Além do mais, embora a maioria seja reformada, a verdade é que para efeitos de IFAP, os mesmos são considerados ativos uma vez que apresentam início de atividade.

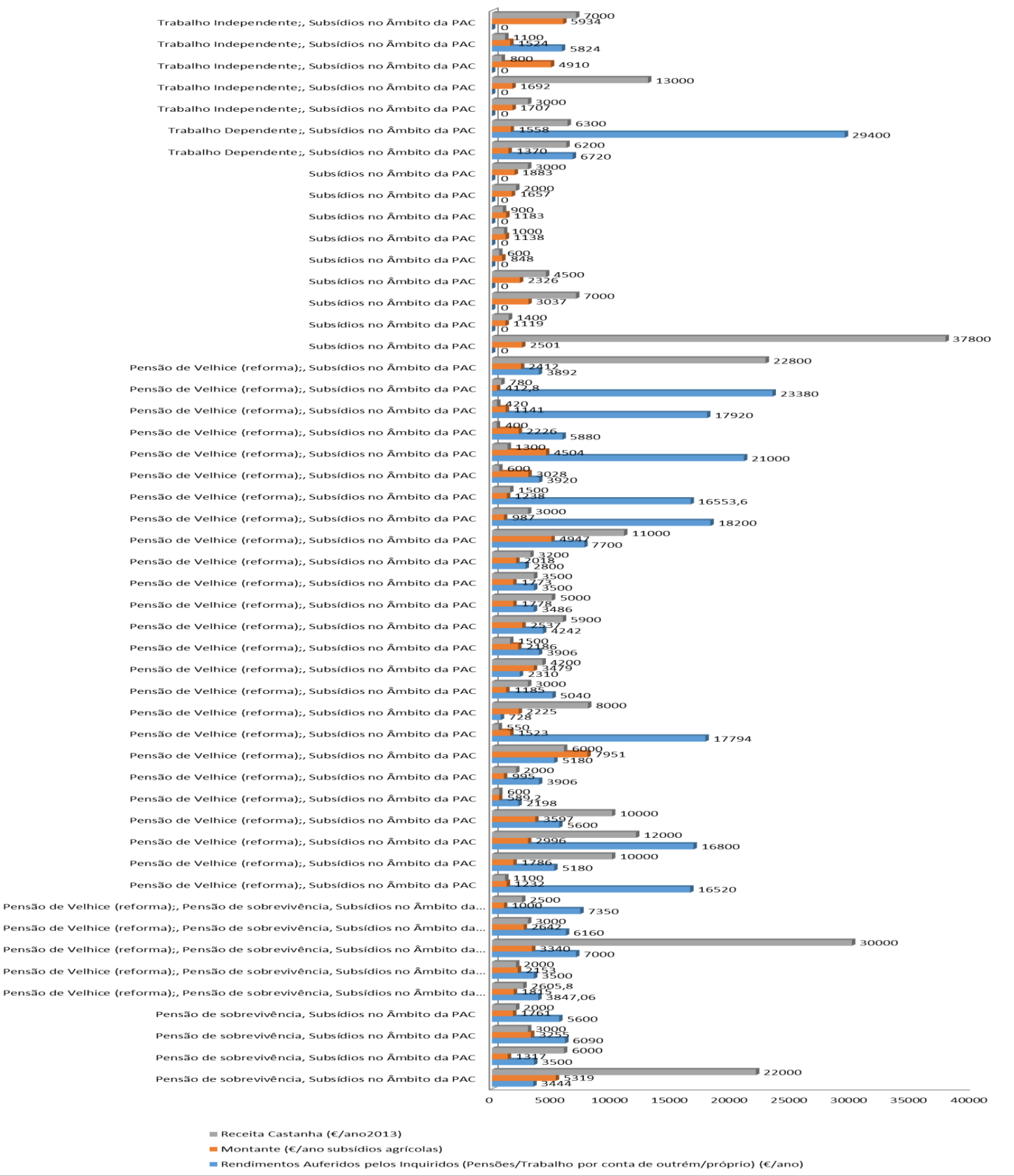
Dos 10% dos inquiridos cuja atividade é independente, a maioria apresenta CAE agrícola, (havendo apenas dois casos que aí não se incluem, um como taxista e outro como serralheiro).

No que concerne aos trabalhadores dependentes, no universo da amostra inquirida, verificamos dois casos, (4%), um como Eng.<sup>o</sup> Informático e outro como Trabalhador da construção civil.

Na figura abaixo, figura 13, verificamos que não existe uma correlação, entre salários/reformas, fundos da PAC e receita da castanha. Contudo a receita proporcionada pela produção da castanha comparada com os fundos da PAC, permite-nos extrapolar várias hipóteses, tal como, áreas produtivas e pouca SAU, muita SAU e áreas produtivas e por fim muita SAU e áreas em desenvolvimento, ainda não em plena produção.

Abordando novamente os salários/reformas e subsídios da PAC, convém realçar que, mediante estimativas, a importância dos subsídios varia entre 8 e 33% tendo em conta os rendimentos anuais originados por salários ou reformas.

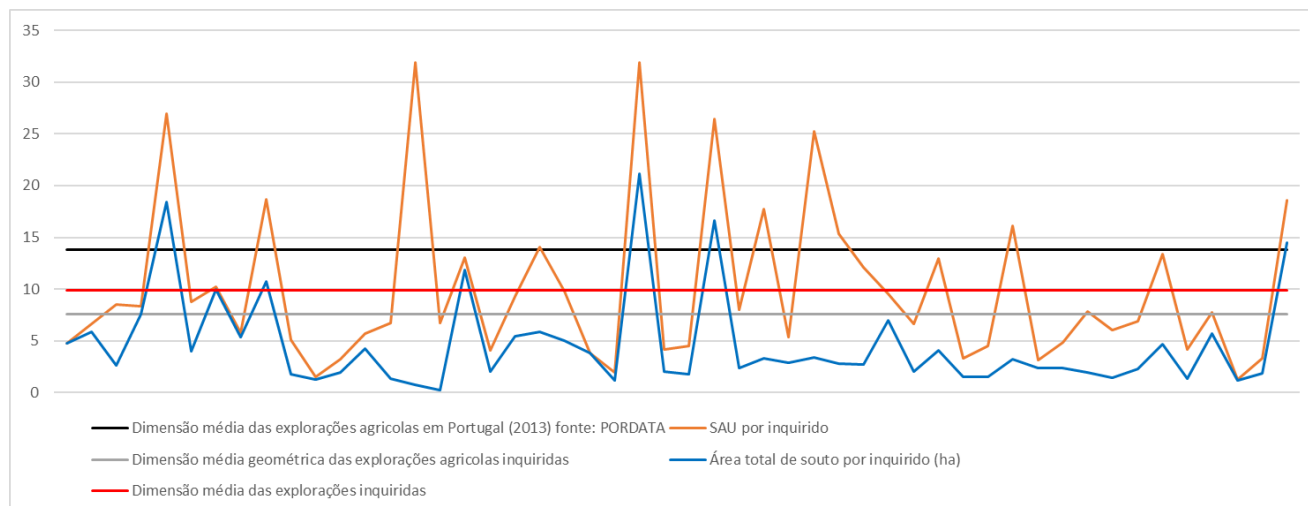
Figura 13 - Expressão Montante Rendimentos anual da Castanha (2013), Montante Subsídios da PAC (2013), Rendimento auferido pelos inquiridos (pensões e trabalho por conta de outrem/próprio em 2013)



## 7.1 - Castanha enquanto fonte de rendimento

Segundo NOBRE (2009), os castanheiros, são, sem dúvida, a cultura permanente de maior interesse económico nas explorações agrícolas da Terra Fria, uma vez que a castanha tem o escoamento garantido e é bem paga.

Figura 14 - SAU, Área de Souto, Dimensão Média das Exploração em Portugal, Dimensão Média das Exploração Inquiridas. Média geométrica das Explorações Inquiridas



A figura 13 não nos permite ter uma noção clara, na relação área de castanheiro e correspondente subsídio, pois, uma vez que os subsídios são pagos mediante área, quando se trata de culturas, seria de todo relevante ver qual seria a importância da área de castanheiros nos fundos da PAC.

Através da análise da figura 14, podemos ver, que na maioria dos casos, as áreas de soutos perfazem praticamente a totalidade da SAU, o que nos permite afirmar, que os proveitos dos subsídios da PAC, resultam, em grande parte, das áreas de souto.

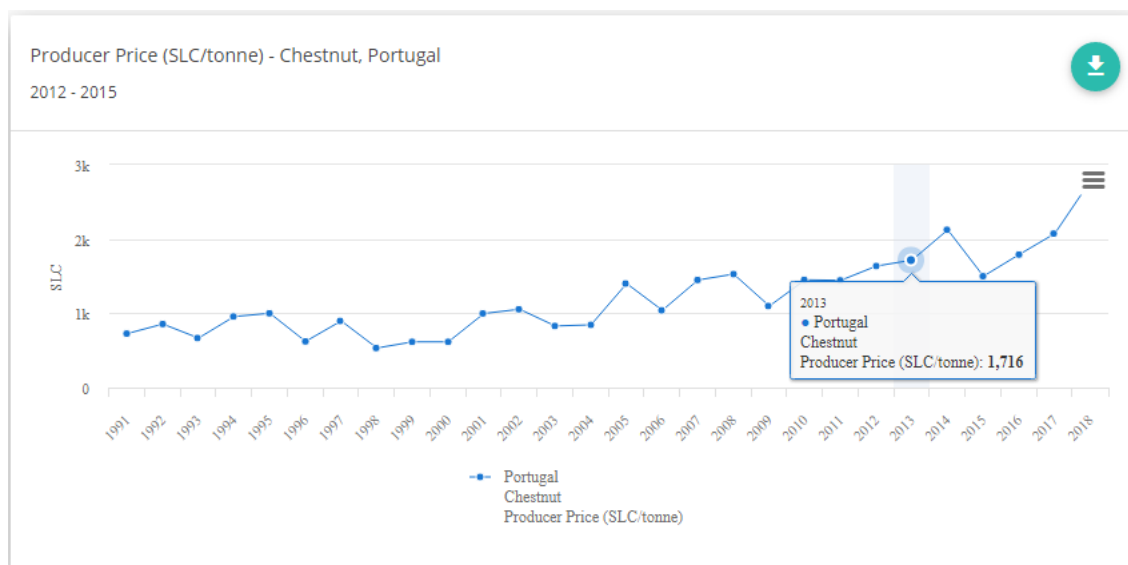
A figura em causa apresenta também dados que podem ser de análise interessante, verificamos que em 2013, segundo dados PORDATA, a dimensão média das explorações agrícolas em Portugal se situaria perto dos 14 ha, e que a média das explorações inquiridas se situava nos 9,9 ha, contudo e segundo os dados verificados inicialmente a média das explorações em Trás-os-Montes situa-se nos 6, 7 ha, dados

PORDATA, o que analisando a média geométrica<sup>11</sup> dos inquiridos vimos corroborar esses valores, visto a dos inquiridos se situar nos 7,6 ha.

No que concerne ao preço da castanha, no concelho de Vinhais, este é muito variável, diferenciando-se de zona para zona, mesmo para a mesma variedade. No decorrer da entrevista, quando pretendemos apurar o rendimento proveniente da venda da castanha, apercebemo-nos que a mesma foi comprada entre 1,20€ e 2,30€, pois para efeitos de resultados os inquiridos faziam as contas aos quilogramas e ao preço/kg.

Esta discrepância de valores resulta numa média simples de 1,75€/kg (tendo em conta a variação de preços mencionados acima), valor que é corroborado, quando analisamos os dados da FAOSTAT no que aos preços da castanha diz respeito, para este período.

Figura 15 - Evolução do Preço da Castanha



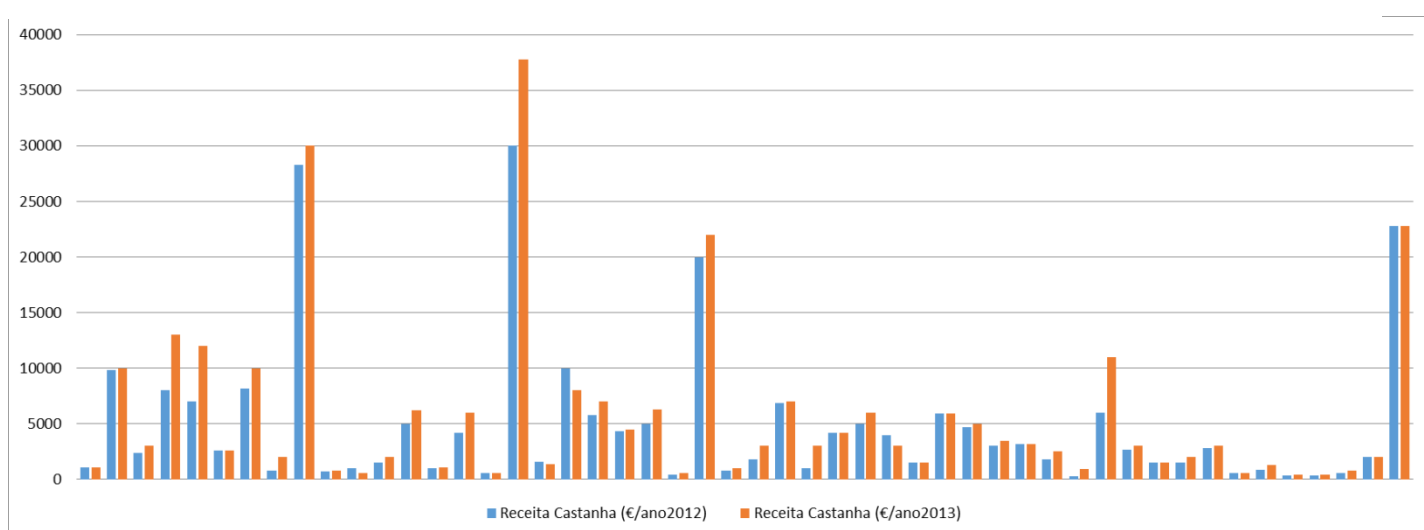
Fonte: FAOSTAT

<sup>11</sup> - Devolve a média geométrica de uma matriz ou de um intervalo de dados positivos. Por exemplo, é possível utilizar MÉDIA.GEOMÉTRICA para calcular o crescimento médio, considerando-se juros compostos com taxas variáveis.

Na figura 16 relacionamos a receita das castanhas tendo em conta os dois anos anteriores à inquirição.

Pelos resultados obtidos por inquirição verificamos, que a grande maioria teve ganhos, contudo alguns casos mantiveram e outros inclusive baixaram a receita. Pela entrevista realizada, aquando do preenchimento do inquérito, os casos onde não se verificou um aumento da receita, estão diretamente ligados a casos de partilhas, rejuvenescimento dos castanheiros, fitossanidade.

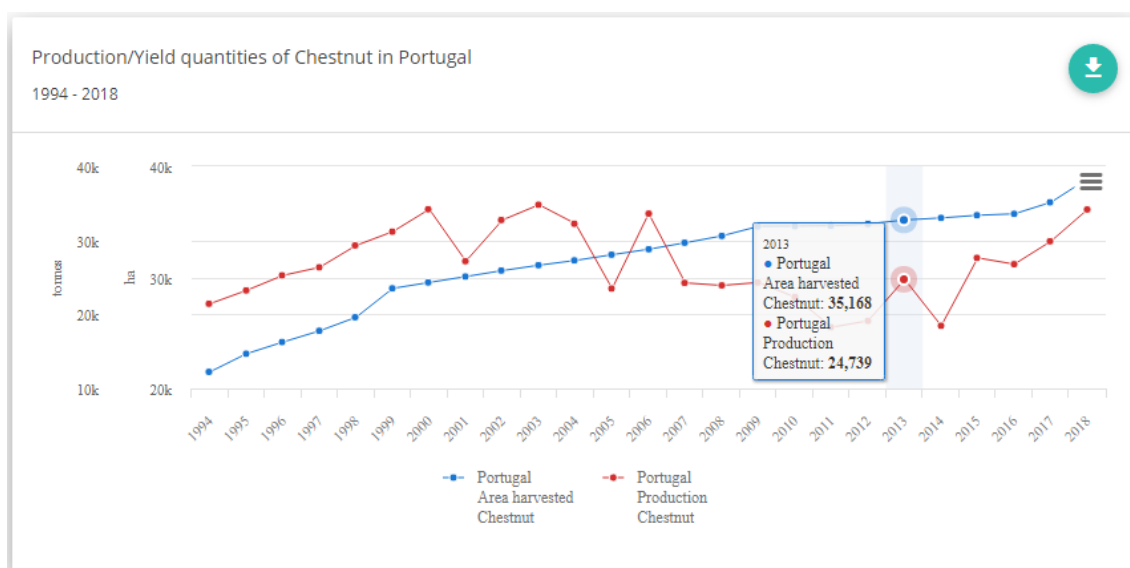
Figura 16 - Receita Castanha 2012 versus Receita Castanha 2013 dos Inquiridos



Os casos em que as receitas aumentaram, não se deveu ao fato de aumentar significativamente a produção, mas sobretudo pelo fato de ter sido mais bem paga.

Como mencionado anteriormente, a castanha tem escoamento garantido e tem sido bem paga, daí o aumento da área de souto em Portugal, mesmo havendo muita variação na produção e preço, como podemos constatar pela análise das figuras 15 e 16.

Figura 17 - Produção/Plantação dos Soutos em Portugal



Fonte: FAOSTAT

Verificou-se até ao ano 2000 uma relação direta entre o crescimento da área de souto e a sua produção, isso não esteve diretamente relacionado com um manejo otimizado do souto, mas sim pela importância, económica, que a castanha veio a ganhar, o que se instigou também o registo destas áreas e daí estes dados.

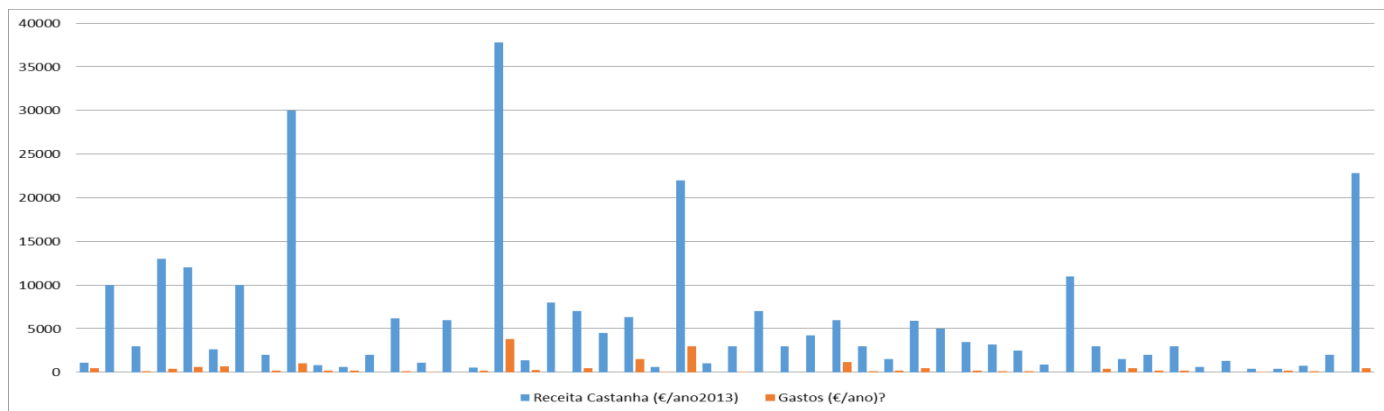
A partir do ano 2000, verificaram-se alguns picos, até que a partir do ano 2007 constatou-se uma diminuição da produção nacional de castanha, até que a partir de 2015 verificamos uma tendência de convergência, entre a área e a produção.

Esta variação entre o aumento da área de souto e a quantidade de castanha produzida, ocorrida no ano 2007 e decorrentes, poderá ter-se dado devido às diversas doenças do castanheiro e recentes pragas, assim como das alterações climáticas. Contudo o ano 2007 coincide com o início de uma nova PAC e o aumento da área de souto divergindo da produção da mesma, pode também ter ocorrido pela tentativa de aproveitamento de fundos comunitários no que aos projetos diz respeito, onde os produtores, fizeram o rejuvenescimento das áreas de souto já existentes.

## 7.2 - Soutos e os seus encargos

Quando falamos em encargos com os soutos, abordamos todos os parâmetros, deste a preparação para implantação da cultura, fitossanidade, lavouras, entre outras.

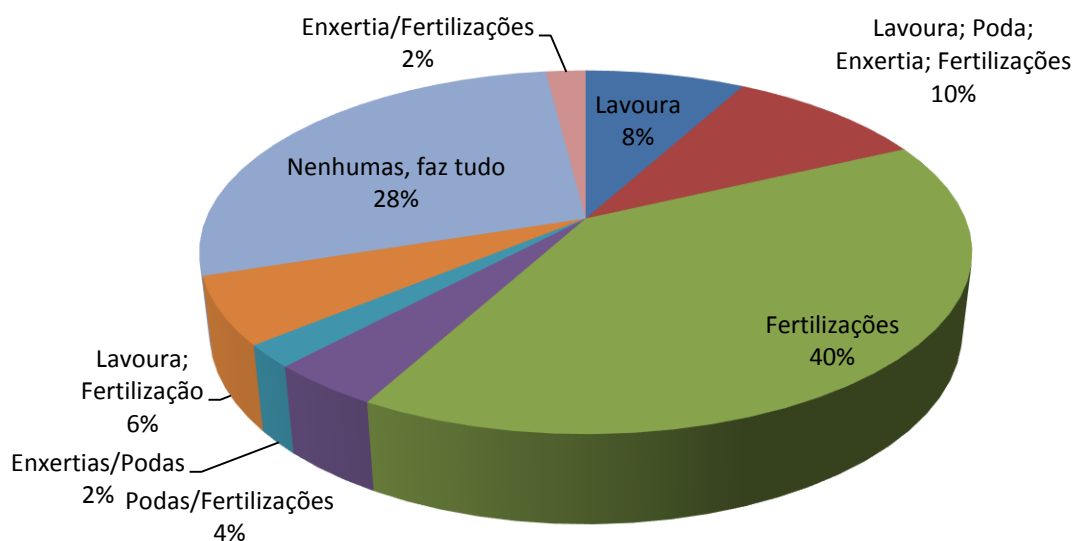
Figura 18 - Receita Castanha versus Gastos com o Souto (2013)



Quando um dos entrevistados, oriundo de Celas, mencionou que lavrava os soutos quatro ou cinco vezes por ano, estimou-se que os seus encargos seriam elevados. Porém, sendo o mesmo, o maior produtor de entre os entrevistados, tal montante era irrisório comparado com os proveitos relacionados com as receitas apuradas com a venda da castanha, tornam-se irrisórios.

No caso em concreto, do entrevistado de Celas, em 2013 teve um proveito na venda da castanha de 37.800€ e na manutenção do souto gastou 3.800€, ou seja, praticamente 10% da receita. Porém neste caso concreto, o produtor detinha todas as máquinas e alfaias necessárias para o bom maneio do souto, realidade que nem todos os produtores inquiridos, e daí verificarmos algumas oscilações no que concerne à relação receita/gastos.

Figura 19 - Principais encargos com os Soutos dos inquiridos



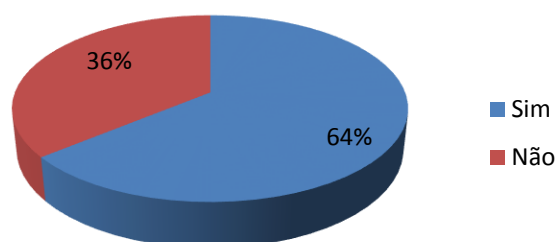
A nível de encargos com os soutos, através da inquirição, concluímos que a fertilização incorre no maior encargo. Há, no entanto, quem, alegadamente, não tem encargos nenhuns: argumentam fazerem eles tudo, incluindo, as fertilizações através de chorumes de animais dos próprios ou de vizinhos. Não tivemos como verificar os encargos com o gasóleo e desgaste da maquinaria, o que nos leva a afirmar que de um modo, ou outro, existem sempre encargos associados aos soutos, mesmo que os inquiridos não os consigam reconhecer, identificar e quantificar.

Mencionando esse fato, existirem encargos que não consigam reconhecer, também verificamos, neste estudo, o contrário, conseguem reconhecer o encargo, mas não o conseguem quantificar a nível de valor. Estamos a falar da fitossanidade, no que ao uso e aplicação de produtos fitofarmacêuticos diz respeito.

Outro desses casos é o chamado “apanhe a meias”, na ausência de mão-de-obra própria, ou de falta de verba para pagar a “apanhadores” (nenhum dos inquiridos recorreu a mão-de-obra assalariada para a apanha), recorrem vulgarmente a conhecidos

para lhes apanharem a castanha, ficando metade para o apanhador e metade para o proprietário.

Figura 20 – Utilização de PFF por parte dos Inquiridos



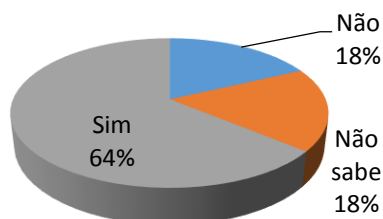
Dos inquiridos, 64%, admite aplicar produtos fitossanitários, contudo, uma vez não se gasta todo num ano e o sobrante vai sendo aplicado sucessivamente até ao fim, não conseguiram facultar-nos um encargo por ano. Quando questionados sobre a vida útil do princípio ativo e prazos de validade dos produtos em questão, assim como a sua eficácia após abertos, apenas um dos inquiridos detinha conhecimentos técnicos acerca do assunto em causa e assim se mostrou sensível à nossa argumentação. Tal facto denota a falta de conhecimento geral acerca do uso correto dos produtos fitofarmacêuticos.

## 8 - Continuidade da Exploração Agrícola

Abordar este tema trouxe alguma nostalgia aos inquiridos. Segundo NOBRE (2009), a atividade agrícola e a sustentação dos territórios de todo o Interior de Portugal, dependem de indivíduos progressivamente menos independentes. E o seu número é crescente. Assim sendo, *“emerge pois a questão: por que motivo vão prosseguindo a sua atividade indivíduos, que têm potencialmente cada vez menos capacidades físicas e mais limitadas condições de trabalho, sobretudo num contexto em que, regionalmente e em*

*termos estritamente económicos, a agricultura surge como modo de vida pouco ou nada rentável?"* NOBRE pág.5, 2009). Ainda segundo NOBRE (2009), inerente a tal fato, estes indivíduos, a perspectiva sucessão para a exploração agrícola é praticamente nula, o que torna ainda mais particular e paradoxal o seu empenho na continuidade desta atividade.

Figura 21 - Hipóteses de continuidade das explorações pelos descendentes



Embora 64% dos inquiridos afirme que a sua exploração terá continuidade, a resposta é sempre preenchida com um profundo pensar, ou então com um *“...sim, pelo menos os castanheiros, enquanto derem alguma coisa pelas castanhas”*.

Esta esperança de haver continuidade nas suas terras, pelo observado na entrevista, de certo modo dá-lhe o alento necessário de modo a não baixar os braços, e a continuar a “trabalhar” independentemente da idade, em muitos casos já avançada, e de certo modo responde à questão colocada por NOBRE (2009).

Em alguns casos, constatou-se que a sucessão, não vai diretamente para o filho(a), mas sim para o neto(a) e/ou sobrinho(a), pelo simples fato de demonstrarem gosto pela terra, fato também mencionado por NOBRE (2009) citando MADUREIRA (2002), onde refere que a exploração agrícola é transmitida ao filho que *“demonstre gosto”* por este trabalho, realçando que os pais acarinham essa motivação, encorajando a continuidade da atividade com ajudas efetivas.

## 9 - Breve Nota Conclusiva

Nesta incursão pela produção da castanha relacionando-a ainda com as subvenções da PAC, deparamo-nos com um certo desânimo, com o fato de a ajuda, mais vantajosa a nível monetário, e diretamente relacionada com a produção e manutenção dos soutos, “Conservação dos Soutos Notáveis da Terra Fria” no universo inquirido, não ter tido qual candidatura.

Tal fato deve-se, como podemos observar na abordagem feita às candidaturas ITI Montesinho Nogueira, a questões de condicionalidade da medida em causa, o que, segundo dados IFAP de 2015, apenas 75% das candidaturas a essa medida tinham sido consideradas válidas. Realçar que isto apenas para o ano em análise, pois tendo em consideração que a medida em causa se trata de uma medida plurianual de 5 anos, se verificássemos todas as candidaturas realizadas e aprovadas nesse período, o número de candidaturas validadas seria certamente bastante inferior. Salientamos ainda que as medidas mais bem pagas, são também as que originam as maiores devoluções, daí verificarmos uma certa renitência à sua candidatura.

Segundo os entrevistados que tiveram essa medida candidatada, no intuito de verem majorados os seus ganhos, não terão sido corretamente esclarecidos acerca do que lhes competia salvaguardar para poderem aceder aos pagamentos previstos pela medida, tendo que posteriormente tido que devolvê-los.

Deparei-me, ao longo da minha vida profissional com vários casos em que relativamente a esta e outras medidas face aos controlos físicos feitos pelas equipas do IFAP se verificou que os castanheiros não tinham a idade mínima para a medida ou então, que não cumpriam a densidade, relativamente às plantações mais recentes de castanheiros. De um certo modo verificou-se uma certa tendência para arriscar e “ver no que vai dar”.

No que concerne às Florestação de Terras Agrícolas, embora não tenhamos verificado nenhuma de castanheiros ativa, verificamos uma candidatura cuja plantação de castanheiros resultou de um projeto de florestação. Tal fato deveu-se, segundo o

entrevistado, à simplicidade do processo e aos pagamentos usufruídos nos primeiros anos, onde se acumula o prémio por perda de rendimento com o prémio à manutenção.

## 10 - Conclusão

Embora se tenha verificado um desencanto face à análise das candidaturas efetuadas à medida “Conservação dos Soutos Notáveis da Terra Fria” (de facto de entre os inquiridos não se verificou esta medida ativa quando foi realizado o inquérito) face à questão inicial, conseguimos constatar que efetivamente, as áreas de souto são realmente rentáveis, no que aos fundos da PAC diz respeito. Embora os entrevistados não se tenham candidatado aos Soutos Notáveis da Terra Fria, a maior parte da sua exploração está preenchida com áreas de castanheiro que permitem a candidatura às medidas Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas e Regime de Pagamento Único.

A PAC de 2015-2020, prevê no seu Programa de Desenvolvimento Rural, uma ajuda para as culturas permanentes tradicionais, onde se enquadra o castanheiro, com exigências, no que toca à condicionalidade, mais acessíveis, o que certamente contribuirá para manter a conveniência desta cultura, apesar dos entraves que a mesma apresenta tanto no que diz respeito a pragas, doenças e às alterações climáticas. Contudo a medida em causa não teve a recetividade esperada, tendo em conta a densidade máxima permitida, 130 castanheiros/ha. Os produtores preferem apresentar nos seus soutos compassos menores, aumentando assim a densidade e em resultado disso a produção, aumentando conseqüentemente o volume monetário da venda. Tal situação poderá entrar em contra-ciclo quando a receita da venda, devido a fatos mencionados acima, começar a diminuir, o que levará os produtores a ajustar a densidade à medida pois a majoração do subsídio poderá começar a ser superior à da venda da castanha.

No seguimento desta argumentação, verificamos, in loco, um aumento das candidaturas dos modos de produção (integrada e biológica) nas áreas de castanheiro, sobretudo no que diz respeito ao modo de produção biológico.

Em face dos rendimentos gerados (decorrentes dos preços favoráveis em vigor), o castanheiro será como o demonstramos um dos principais fatores de continuidade das

explorações agrícolas na Terra Fria, contribuindo assim para o combate ao abandono de terras agrícolas.

Segundo os dados da FAOSTAT a área de castanheiro continua a aumentar de ano para ano, demonstrando deste modo a importância desta cultura. Tal fato é corroborado pelos resultados preliminares do RA 2019, onde se apontam aumentos de 52% da área de souto, face ao RA 2009.

O presente estudo demonstra que a SAU “anda de mãos dadas” com montantes de subsídios oriundas da PAC. O mesmo se comprova relativamente aos castanheiros, uma vez que não se verifica a necessidade dos mesmos estarem em produção para usufruírem de fundos da PAC. Deste modo, o castanheiro, tendo em conta o preço de mercado da castanha, será a cultura de maior interesse no que à Terra Fria diz respeito.

Salienta-se ainda a importância dos subsídios nas explorações agrícolas da região, que de um modo geral tendo em conta as principais fontes de rendimento das famílias, correspondem a aumentos de rendimento que variam entre 8 e 33% tendo em conta os rendimentos anuais originados por salários ou reformas.

Certamente o castanheiro continuará a ser o pão, e o ouro, de Trás-os-Montes, beneficiando de políticas agrícolas atuais e futuras, marcando, como tem feito até agora, a paisagem da Terra Fria.

## 11 - Bibliografia

AREFLH, (2012). Livre blanc de la châtaigne Européenne. Assemblée des Régions Européennes Fruitières, Légumières et Horticoles. Bordeaux. 17 de setembro

Brito, D.C.D. (2013). Produção de novos porta-enxertos híbridos para castanheiro. Variação do teor de compostos fenólicos versus resistência à doença da tinta. Dissertação de Mestrado em Bioquímica. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

CÂNDIDO, A. S. H. (2015) Contributo para o Estudo da Produtividade do Castanheiro “Martainha” em Penela da Beira (DOP) – Tese de Mestrado. Instituto Politécnico de Castelo Branco, Escola Superior Agrária, Castelo Branco. “Soutos da Lapa”)

Cardoso, J.F. e Pereira, M.P. (2007). Castanheiros. O castanheiro de fruto em Portugal. Programa Agro 499. Vila Real.

Coelho, M.T.P.P.G.R. (1999). Influência da concentração de CO<sub>2</sub> na aclimatização de plantas de castanheiro regeneradas IN VITRO. Dissertação de Mestrado em Melhoramento de Plantas. Universidade de Évora. Évora.

FIGUEIREDO, T. (2005) – “O Clima”, *in*: Rota da Terra Fria Transmontana: Caracterização, Associação de Municípios da Terra Fria Transmontana, Bragança.

FORTIN, M. F. (2009). Fundamentos e Etapas do Processo de Investigação. Loures, Lusodidacta, ISBN: 978-989-8075-18-5

GHIGLIONE, R.; MATALON, B. (2001) – O Inquérito: Teórica e Prática, 4ª Edição, CELTA EDITORA, Oeiras 2001, ISBN: 972-774-120-7

Instituto Nacional de Estatísticas, (2007) - Idade média do produtor agrícola singular (Anos) por Localização geográfica (Região agrícola); Bienal - INE, Inquérito às estruturas das explorações agrícolas.

Consulta: [https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0000062&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt](https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0000062&contexto=bd&selTab=tab2&xlang=pt)

Instituto Nacional de Estatísticas, (2013). Anuário estatístico da região centro. Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Instituto Nacional de Estatísticas (2015), NUTS 2013 - As Novas Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

LARANJO, J.G.; Cardoso, J.F.; PORTELA, E.; ABREU, C.G. (2007) – Castanheiros, Programa Agro, Código 499 – Contributo para a difusão do conhecimento das cultivares portuguesas de castanheiro, UTAD, Vila Real, 2007, ISBN: 978-972-669-844-9

LARANJO, J.G.; Peixoto, F.; Cardozo, J.F. (2009) – Castanheiro, Técnicas e Práticas, Pupilo Consulting – Industria Criativa & Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Maçarico, D., Estrela R., Gomes-Laranjo, J., Martins, L., Lousada, J.L., Raimundo, F. e Macieirinha, L. (2012). A cultura do castanheiro na Herdade de Vale de Feitoso. Relatório. Companhia agrícola de Penha Garcia. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Novembro.

MAMAQ; IFAP (2011). Manual Técnico das ajudas.

MAMAQ; IFAP (2012). Manual Técnico das ajudas.

MAMAQ; IFAP (2012; 2ª versão) Ajudas ao Desenvolvimento Rural - Manutenção da Actividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas - Medidas Agro-Ambientais e Silvo-Ambientais.

MARQUES, C. P. (1987). Áreas e produções dos soutos em Trás-os-Montes. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Matos, A. (2003). Cadeia de valor e o sistema de comercialização de castanha da Terra Fria Transmontana. V Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais. Bragança.

Matos, A. (2004a). A fileira da castanha: situação atual dos mercados. Instituto Politécnico de Bragança – Escola Superior Agrária – Departamento de Economia Agrária e Sociologia Rural. Bragança.

MATOS, A.; JESUS, L.; GERRY, C. (2000) – 1º Congresso de Estudos Rurais – Território, Agricultura e Desenvolvimento – Constrangimentos à Valorização de Produtos Agrícolas

Tradicionalis: O Caso da Castanha de Vinhais. Instituto Politécnico de Bragança, DES/UTAD.

Nobre, S., (2001). "Multifuncionalidade dos espaços rurais – os pontos de vista de um grupo de “urbanos ex-rurais”, em Trás-os-Montes. Actas do IV Colóquio HispanoPortuguês de Estudios Rurales La Multifuncionalidad de los Espacios Rurales de la Península Ibérica, Santiago de Compostela.

Nobre, S., Baptista, A. e Portela, J., (2003). “Idosos Agricultores em Trás-os-Montes: Modos de vida, razões de permanência em meio rural” in José Portela e João Castro Caldas ( Orgs.), Portugal Chão. Celta Editora. Oeiras, pp323-336.

NOBRE, S. F. M. (2009) Dinâmicas da actividade dos idosos agricultores em Trás-os-Montes – Tese Doutoramento. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.

Novais, Ana M., (1993). Os Operários dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo e a Agricultura. Centro Cultural do Alto Minho - Grupo Desportivo e Cultural dos Trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo.

Novais, N., Lourença C., Ferreira A. e Resende L. (2010). Castanha - Uma semente que também germina para a evolução. Desenvolvimento Rural. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Vila Real.

Observatório Económico e Social de Trás-os-Montes

PAIVA, J. (1990). O Castanheiro em Portugal. Ed. QUERCUS - Associação Nacional de Conservação da Natureza. Cadernos QUERCUS, Série A - Nº 4.

PAIVA, J.A. (2007) – (v.a.), Árvores e florestas de Portugal do castanheiro ao teixo – As outras espécies florestais. Tipografia Peres, SA, Lisboa.

QUIVY, R; CAMPENHOUDT, L. (1995). Manual de Investigação em Ciências Sociais. 4ª Edição, Gradiva, Lisboa, 2005, ISBN:872-662-275-1.

SILVA, A. S; PINTO, J. M. (1986). Metodologia das Ciências Sociais, 9ª Edição, Edições Afrontamento, Porto

VAZ FREIXO, M. J. V. (2009). Metodologia Científica, Fundamentos, Métodos e Técnicas, Instituto Piaget: Lisboa, 2009, ISBN: 978-989-659-020-8.

VAZ, M. (1988). Castanha - situação do mercado e perspectivas. IROMA

INE, Recenseamento Agrícola 2009, Análise dos Principais Resultados, Edição 2011.

Censos 2011 - População residente por freguesia, CAOP 2013

Consulta: [http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos\\_quadros](http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos_quadros)

Consulta: [http://www.dgterritorio.pt/cartografia\\_e\\_geodesia/cartografia/carta\\_administrativa\\_oficial\\_de\\_portugal\\_caop/\\_caop\\_em\\_vigor/](http://www.dgterritorio.pt/cartografia_e_geodesia/cartografia/carta_administrativa_oficial_de_portugal_caop/_caop_em_vigor/)

Consulta: <http://www.cm-vinhais.pt/pages/119>

Consulta: <https://www.pordata.pt/Municipios>

Consulta: [http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap\\_publico/GC\\_ajudas/GC\\_animais/GC\\_vacas\\_R#.WYRDfIjyvcs](http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_ajudas/GC_animais/GC_vacas_R#.WYRDfIjyvcs)

Consulta: [http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap\\_publico/GC\\_ajudas/GC\\_animais/GC\\_complComerc\\_R#.WYRHF4jyvcs](http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_ajudas/GC_animais/GC_complComerc_R#.WYRHF4jyvcs)

Consulta: [http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap\\_publico/GC\\_ajudas/GC\\_vegetais/GC\\_arrozPC\\_R#.WYRRA4jyvcs](http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_ajudas/GC_vegetais/GC_arrozPC_R#.WYRRA4jyvcs)

Consulta: [http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap\\_publico/GC\\_ajudas/GC\\_aambPC\\_L/GC\\_aambPC\\_R#.WbAURdVSzIU](http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_ajudas/GC_aambPC_L/GC_aambPC_R#.WbAURdVSzIU)

Consulta: [http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap\\_publico/GC\\_ajudas/GC\\_aambPC\\_L/GC\\_aambPC\\_R2#.WbAbgNVSzIU](http://www.ifap.min-agricultura.pt/portal/page/portal/ifap_publico/GC_ajudas/GC_aambPC_L/GC_aambPC_R2#.WbAbgNVSzIU)

Consulta: <http://www.cedr-n.pt/regiao-norte/apresentacao>

Consulta: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Vinhais\\_\(Portugal\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Vinhais_(Portugal))

Consulta: <https://www.ine.pt/bddXplorer/htdocs/widgetCensosGet.jsp>

Consulta: <https://www.ifap.pt/dados-pagamento2014>

Consulta: <http://www.fao.org/faostat/en/#data/PP/visualize>

Consulta: [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_destaques&DESTAQUESdest\\_boui=467628567&DESTAQUESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=467628567&DESTAQUESmodo=2)

## **12 - Anexos**



# Inquérito

Este Inquérito destina-se única e exclusivamente para fins estatísticos sobre o estudo da importância económica do Castanheiro na Região do Nordeste Transmontano, Concelho de Vinhais, os dados nele constantes servirão apenas para a obtenção de dados para processamento estatístico, no âmbito da Tese de Mestrado de Agroecologia, sendo o mesmo completamente anónimo e confidencial.

\*Obrigatório

1. NIFAP \*

A sua resposta

2. Idade \*

A sua resposta

3. Estado Civil \*

- Solteiro(a);
- Casado(a);
- Viúvo(a);
- Divorciado(a);
- União de facto.

4. Qual a SAU (Superfície agrícola útil)?

A sua resposta



5. Qual a Área total do seu Souto (ha) \*

A sua resposta

6. A sua actividade agrícola principal está relacionada com o Souto?

Sim

Não

7. A maioria da produção de castanha destina-se?

Auto-consumo;

Alimentação animal;

Venda.

7.1. Se respondeu Venda, quais foram as receitas (€/ano2013)

A sua resposta

7.2. Procedeu à venda de castanhas também no ano 2012?

Sim

Não

7.2.1. Se sim quais as receitas (€/ano2012)

A sua resposta



7.3. Retira outras fontes de rendimento dos Soutos? (exemplo venda de lenha)

- Sim
- Não

7.3.1. Se respondeu Sim, qual o montante?

A sua resposta

7.4. Que tipo de despesas tem nos seus Soutos?

- Não tenho nenhuma, faço eu tudo/grande parte;
- Lavoura;
- Poda;
- Enxertia;
- Fertilizações.

7.4.1 Gastos (€/ano)?

A sua resposta

7.5. Os seus Soutos são de regadio?

- Sim
- Não



7.6. Efectua protecção fito-sanitária nos seus Soutos com fito-fármacos?

- Sim
- Não

7.6.1. Se sim, qual?

- Tinta;
- Cancro;
- Infestantes.

8. Outras actividades agrícolas/pecuária

- Culturas temporárias (arvenses, hortícolas, forrageiras);
- Culturas Frutícolas;
- Culturas protegidas (estufas);
- Misto de Culturas Permanentes;
- Olival;
- Vinha;
- Pastagens Permanentes;
- Animais.
- FTA

8.1. A produção das outras actividades agrícolas destina-se

- Auto-consumo;
- Alimentação animal;
- Venda.

8.1.1. Se respondeu Vendas, quais os produtos?

A sua resposta

8.1.2. Montante resultante das vendas (€/ano)?

A sua resposta

9. Outras fontes de Rendimento?

Sim

Não

9.1. Se sim qual a forma?

Trabalho Independente;

Trabalho Dependente;

Pensão de Velhice (reforma);

Subsídio de Desemprego;

Pensão de Invalidez;

Pensão de sobrevivência

Subsídio de Reinserção Social;

Subsídios no Âmbito da PAC

9.1.1. Montante (€/mês)

A sua resposta

9.1.2. Montante (€/ano - no caso de ter assinalado subsídios agrícolas)

A sua resposta

10. Na sua actividade agrícola/exploração tem ajuda?

- Sim
- Não

10.1. Se respondeu Sim, esta "ajuda" é?

- Diária;
- Ocasional;
- Sazonal.

10.1.1. Esta "ajuda" é remunerada?

- Sim
- Não

10.1.1.1. Se sim de que tipo?

- Mensal;
- "À Jeira";
- Contrato Sazonal.



10.1.1.2. Montante (€/mês; €/nº total de dias)

A sua resposta

10.1.2. Se não é remunerada quem o ajuda?

- Conjugue;
- Filho(a);
- Genro/Nora;
- Outros Familiares;
- Vizinhos/Amigos.

10.1.2.1. Qual a Idade de quem o ajuda mais na exploração?

A sua resposta

10.1.2.2. Quem o ajuda encontra-se:

- Empregado;
- Desempregado;
- A estudar;
- Reformado;
- A receber algum tipo de subsidio.

10.1.2.2. Montante (€/mês; caso aplicável)

A sua resposta



11. Os seus herdeiros pretendem dar continuidade/manter a sua exploração?

- Sim
- Não
- Não sabe

Submeter

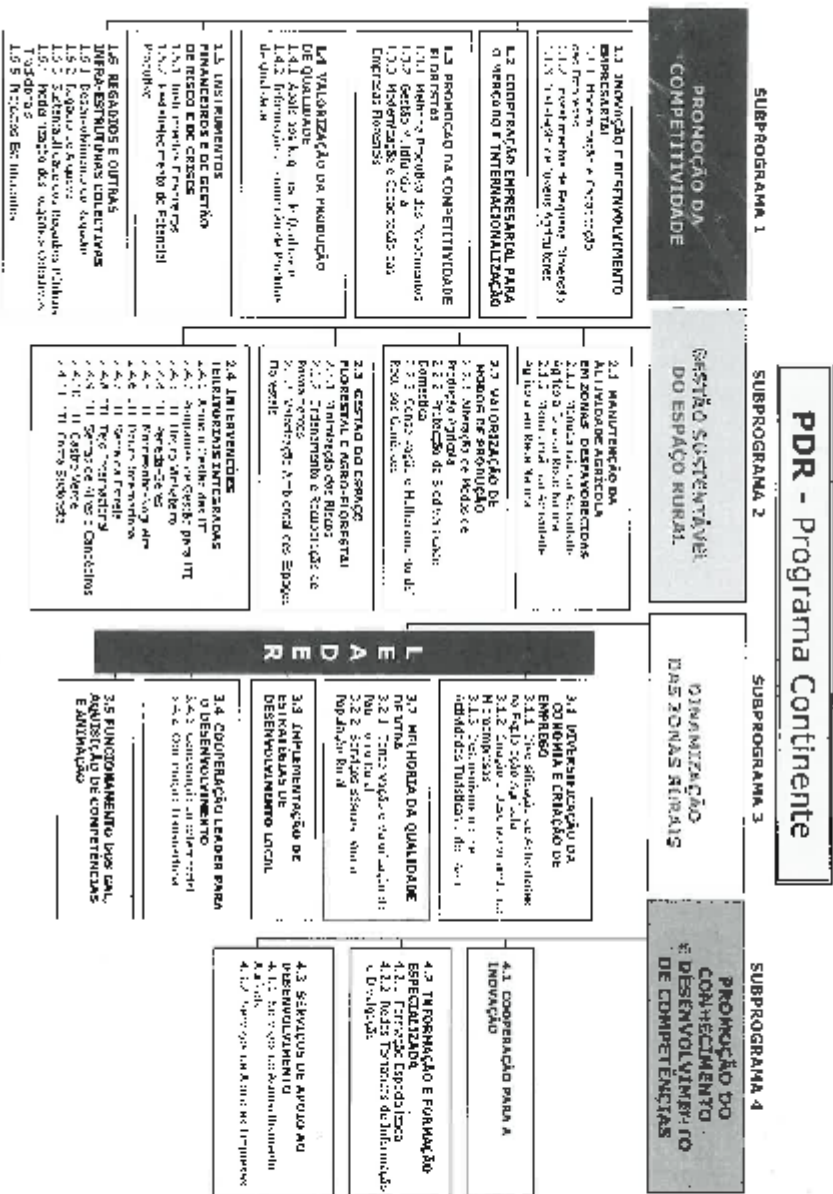
Nunca envie palavras-passe através dos Google Forms.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pela Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Utilização](#) - [Política de privacidade](#)

Google Formulários



Figura 1 - Arquitetura de programação



MAPA 3 - COT - Livro 2 - Novembro 2007